



Ana Paula Bodin Gonçalves Agra

**A lei e o cuidado na constituição do
sujeito e do laço social**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo programa de
Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio

Orientador: Prof. Carlos Alberto Plastino

Rio de Janeiro
Abril de 2018



Ana Paula Bodin Gonçalves Agra

**A lei e o cuidado na constituição do
sujeito e do laço social**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Direito do Departamento de
Direito da PUC-Rio.

Prof. Carlos Alberto Plastino

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. ^a Gisele Cittadino

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. ^a Marisa Schargel Maia

UFRJ

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Vice-Decano Setorial de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Paula Bodin Gonçalves Agra

Graduou-se em Direito na FGV DIREITO RIO (Fundação Getúlio Vargas) em 2011. Está cursando a graduação em Psicologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a pós graduação em Direito das Famílias e das Sucessões no CCE-PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Agra, Ana Paula Bodin Gonçalves

A lei e o cuidado na constituição do sujeito e do laço social / Ana Paula Bodin Gonçalves Agra ; orientador: Carlos Alberto Plastino. – 2018.

94 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2018.

Inclui Referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Lei. 3. Cuidado. 4. Laço social. 5. Instituições. 6. Família. I. Plastino, Carlos Alberto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

Agradecimentos

Ao meu orientador, Carlos Alberto Plastino, pelo apoio e compreensão desde o início do mestrado, por ser “suficientemente bom” e um daqueles exemplos vivos de concernimento.

Aos meus pais, Patricia e Alexandrino, pela vida e por tudo que fizeram e fazem por mim.

À minha irmã, Ana Cristina, pelo exemplo de ternura e ética que sempre foi para mim.

À Thiago Moreira, que a cada dia me ajuda a ser uma pessoa melhor, me possibilitando conhecer e vivenciar o amor em todas as suas possibilidades.

A todas as amigas que me acompanham nesta existência, especialmente à Paula Jubé, Liana Solot, Paula Aboudib, Giovanna Podcameni, Ana Elisabeth Amaral, Paula Bonorandi, Maria Pia Palmeiro, Jada Doscarenzi, Carolina Figueiredo, Luana Campos, Isabella Frajhof e Daniella Ferrari que vibram com as minhas conquistas.

À Carmen e ao Anderson, pela ajuda incondicional nesses dois anos de mestrado e a todos os professores e funcionários da PUC-Rio, que contribuem para a boa condução das atividades diárias da universidade.

À Gisele Cittadino e ao Fabio Leite, pelos bons exemplos de atenção, cuidado e acolhimento das necessidades dos alunos durante a coordenação das atividades da pós.

À CAPES, por conceder a bolsa de estudos e por me ajudar a ter certeza do caminho profissional a ser seguido.

Àqueles que indiretamente contribuíram para esta dissertação e a todos que se dedicam ao cuidado de outros seres e que contribuem para uma sociedade mais acolhedora e democrática.

Resumo

Agra, Ana Paula Bodin Gonçalves; Plastino, Carlos Alberto. **A lei e o cuidado na constituição do sujeito e do laço social**. Rio de Janeiro, 2018. 94p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho integra a linha de pesquisa Teoria do Direito, Ética e Construção da Subjetividade e pretende desenvolver a relação subjetividade e laço social nas instituições *família* e *escola* a partir de um recorte da teoria psicanalítica. O objetivo é analisar, através de Freud e Winnicott, as diferentes concepções antropológicas e de constituição da subjetividade construídas por esses autores e delinear as possibilidades de laço social, ou seja, de se conectar e de empatizar com o *outro*, e as possíveis consequências éticas ao se adotar uma ou outra concepção. O que se busca como pano de fundo é colocar em evidência a mudança de paradigma entre os pensamentos de Freud e Winnicott, alternando a perspectiva de análise centralizada na concepção de sujeito pulsional individual, de Freud, para o aspecto relacional do ambiente e das instituições constituidoras de subjetividades, de Winnicott. Os delineamentos deste trabalho se fundamentam em quatro problematizações: (i) a concepção de sujeito em Freud conduz à necessidade de uma autoridade interna, o superego, e externa, o Estado, para controlar as pulsões, evidenciando, assim, a ética da lei; (ii) a concepção de sujeito em Winnicott parte de uma concepção relacional do sujeito, enfatizando o papel do ambiente neste processo e circunscrevendo a ética do cuidado; (iii) o laço social parte da indissociabilidade entre a subjetividade e o social, percebendo-os como fenômenos interligados e reconhecendo que, por um lado, o ambiente social age e produz subjetividades e, por outro, as premissas utilizadas na concepção do sujeito influenciam diretamente as instituições e a forma de interação e de reciprocidade dos sujeitos entre si e (iv) as instituições socializadoras, como a escola e a família, ao assumirem uma postura baseada na ética do cuidado, acolhem as singularidades, permitem que o laço social se efetive e que o sujeito emergja. A fim de ilustrar esta temática com contornos práticos, serão utilizados dois casos do livro "A ralé brasileira" de Jessé Souza que fazem refletir sobre a construção de subjetividades a partir das instituições familiar e escolar.

Palavras-chaves

Lei; Cuidado; Laço social; Instituições; Família.

Abstract

Agra, Ana Paula Bodin Gonçalves; Plastino, Carlos Alberto (Advisor). **The law and the care in the constitution of the subject and the social bond.** Rio de Janeiro, 2018. 94p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present work integrates the line of research Theory of Law, Ethics and Construction of Subjectivity and aims to develop the relationship between “subjectivity” and “social bond” in the “family” and “school” institutions from a psychoanalytic theory perspective. The purpose of this work is to analyze through the views of Freud and Winnicott the different anthropological and constitutional conceptions of subjectivity and to outline the possibilities of social bonds, that is, to “connect” and to “empathize” with one another, and the possible ethical consequences of adopting one or other conception. What is sought hereby as a broader context is to point out the paradigm shift between the thoughts of Freud and Winnicott, alternating the perspective of an analysis focused on Freud’s conception of the individual drive, to Winnicott’s relational aspect of the environment and the institutions which constitute subjectivities. This work’s outlines are based on four issues: (i) the conception of the subject in Freud leads to the need for an internal authority, the “superego”, and for an external authority, the “State”, to control its drives, thus evidencing the ethics of the “law”; (ii) the concept of the “subject” in Winnicott is based on a relational conception of the subject, emphasizing the role of the environment in this process, which is circumscribed by the ethics of “care”; (iii) the social bond assumes the inseparability between subjectivity and social, perceiving them as interconnected phenomena and acknowledging that, on the one hand, the social environment acts and produces subjectivities and, on the other, the assumptions used in the conception of the subject directly influence the institutions and the form of interaction and reciprocity among the subjects; (iv) socializing institutions, such as the school and the family, when taking a stance based on the ethics of care, embrace the singularities, allow the effectiveness of the social bond and the emersion of the subject. In order to illustrate this theme with practical outlines, this work will use two cases from the book “The Brazilian Ralé” by Jessé Souza, which allow a reflection on the construction of subjectivities under the perspectives of the family and school institutions.

Keywords

Law; Care; Social Bond; Institutions; Family.

Sumário

Introdução	10
1. Freud, subjetividade e laço social	13
1.1. A subjetividade em Freud	13
1.2. O conceito de inconsciente e a primeira tópica	14
1.3. Impasses na teoria do recalque e na teoria dos afetos	18
1.4. O conceito de pulsão e as teorias pulsionais	20
1.5. A segunda tópica: o id e o ego	23
1.6. A segunda tópica: a emergência do superego	24
1.7. A relação com o <i>outro</i> e o laço social: conflito e repressão	28
2. Winnicott, subjetividade e laço social	36
2.1. Por que Winnicott?	36
2.2. A subjetividade em Winnicott	37
2.3. Teoria do desenvolvimento emocional primitivo	41
2.4. Transicionalidade eu- <i>outro</i>	45
2.5. A capacidade de concernimento	46
2.6. A agressividade como laço social	51
2.7. A relação com o outro e o laço social: acolhimento e espontaneidade	57
3. O laço social nas instituições: a família e a escola	64
3.1. As instâncias socializadoras: a família, a escola, o direito e a política	64
3.2. O caso de Juninho: quando o laço social não se realiza na família	73
3.3. O caso de Anderson: quando a necessidade de laço social transpõe a família e chega na na escola	76
3.4. As subjetividades individualizadas pela falha ou má-fé institucional	79
3.5. A ética do cuidado como remédio institucional	84
4. Considerações Finais	89
5. Referências bibliográficas	91

Introdução

Nossas práticas sociais bem como nossas sociedades são produtos da história, isto é, de nós mesmos. (PLASTINO, 2001)

A frase acima abre a introdução da obra “O primado da afetividade – a crítica freudiana ao paradigma moderno” (2001) de C. A. Plastino e traz a premissa que norteará toda a reflexão deste capítulo: a indissociabilidade e a complexidade da relação entre subjetividade e social. Eleger um referencial teórico para falar sobre subjetividade é um desafio diante das inúmeras fontes existentes sobre o assunto. Hoje vemos literaturas¹ que exploram construções subjetivas não restritas ao humano, que estudam a influência das tecnologias e da consequente diluição do aparato sustentador e diferenciador entre humano e não humano e ultrapassam os limites do que concebemos como humano e como social.

O intercâmbio contínuo entre as subjetividades e o social através de práticas institucionais traz, portanto, o atravessamento que gostaríamos de introduzir neste capítulo: pensar o laço social e seus delineamentos ético-institucionais a partir das concepções antropológicas e de constituição de subjetividade de S. Freud e D. W. Winnicott. Laço social pode ser definido de forma abrangente e sem rigor etimológico como socialização, ligação, afetividade, empatia, reconhecimento, pertencimento, inclusão, ser e de estar outro. Neste trabalho, a acepção que gostaríamos de utilizar é ao mesmo tempo simbólica e concreta, uma vez que conduz às práticas subjetivas e institucionais, ou seja, a um movimento e não à algo estático: laço social como a ligação que se constrói e produz a subjetividade e o social.

A escolha da psicanálise como referencial teórico se alinha à premissa acima por pensar o sujeito como *constitutivamente social* (PLASTINO, 2001, p. 137) se distanciando e rompendo com o paradigma da modernidade, no qual o sujeito é concebido como precedente à sociedade. A teoria psicanalítica concebe os processos de subjetivação e de socialização como indissociáveis (PLASTINO, 2001, p. 137), afirmando a sua interrelação: ao mesmo tempo que as sociedades

¹ Autores como Bruno Latour, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Fernanda Bruno trabalham a construção da subjetividade desde uma visão não antropocêntrica.

são produzidas pelas práticas sociais, estas últimas produzem e são produzidas pelos humanos.

A eleição da teoria psicanalítica, portanto, se deu principalmente pelo objetivo deste trabalho: estudar o laço social a partir da relação com o *outro*², seja humano, seja instituição e as consequências advindas de diferentes concepções subjetivas para o estabelecimento deste laço social. S. Freud, como fundador da psicanálise, não poderia ficar de fora, sendo assim, iniciamos a exposição a partir de seus principais conceitos para depois passarmos para as ideias de D. W. Winnicott, autor contemporâneo, que atualiza a psicanálise para além do complexo de Édipo, torcendo, problematizando e superando os conceitos metapsicológicos freudianos, abordando a constituição subjetiva por meio da intersubjetividade, abandonando, assim, o sentido dado à concepção de narcisismo primário que Freud sustentou desde 1914.³

Através de D. W. Winnicott e da intersubjetividade constitutiva do ser humano, as interrogações acerca de como nos constituímos como sujeitos e de como vivemos juntos uns com os outros estão interligadas e entrelaçadas, sendo respondidas conjuntamente, superando, desta forma, uma concepção subjetiva individualizante. O laço social pensado a partir da afetividade ou amor ao *outro*, pode ser alcançado e realizado a partir de uma relação saudável com o ambiente ou com o primeiro *outro* que nos deparamos quando bebês recém nascidos. Para este autor, o início do desenvolvimento emocional primitivo poderá definir e influenciar as futuras interações sociais, sendo, portanto, imprescindível um bom início ou uma constituição subjetiva saudável para estabelecermos um relacionamento harmônico com o ambiente e as instituições sociais.

A consideração da relação recíproca entre a subjetividade e o social e o cuidado enquanto ética a ser seguida pelas instituições funcionam como contraponto ao individualismo e ao desamparo proposto por Freud e estabelecem um diálogo necessário entre a construção subjetiva freudiana e winnicottiana,

² Optei por manter a palavra “outro” em itálico no decorrer deste trabalho a fim de que fique marcada a amplitude deste “outro”, abarcando além das pessoas, as instituições.

³ FREUD, S. (1914). *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ressaltando as suas diferenças e complementariedades e suas consequências para o laço social, tanto na direção das práticas institucionais como na relação que estabelecemos com as primeiras instituições das quais fazemos parte, como a família e a escola.

Nos capítulos 1 e 2 pretendo expor, a partir das análises de Freud e Winnicott feitas por Plastino⁴, principalmente, e por outros autores, de forma secundária, as diferentes concepções antropológicas e de constituição de subjetividade desses autores para, a partir disso, delinear as possibilidades e peculiaridades do estabelecimento de laços sociais e as possíveis consequências institucionais e éticas, ao se adotar uma ou outra concepção. O que se busca como pano de fundo é, na mesma linha de Plastino, colocar em evidência a mudança de paradigma entre os pensamentos de Freud e Winnicott e abordar a influência de cada concepção subjetiva para o estabelecimento do laço social nas instituições. Portanto, nos dois capítulos que se seguem, você, leitor ou leitora, sentirá as diferentes nuances das articulações teóricas de Freud e Winnicott e suas possibilidades de encontro com o *outro*.

No capítulo 3, são, inicialmente, apresentadas de forma breve e superficial as instâncias socializadoras da família, da escola, do direito e da política e suas interrelações, sendo, posteriormente, enfatizada e aprofundada a relação entre as duas primeiras a partir dos casos de Juninho e Anderson retirados do livro “A ralé brasileira” de Jessé Souza. O objetivo deste capítulo é refletir sobre a construção de subjetividades a partir das instituições familiar e escolar e as posturas ético-institucionais adotadas por cada uma delas, seja a partir da ética da lei, baseada em uma concepção subjetiva freudiana, seja da ética do cuidado, apoiada em uma concepção subjetiva winnicottiana.

⁴ Esta reflexão pode ser vista nas seguintes obras: “*O primado da afetividade – a crítica freudiana ao paradigma moderno*” (2001) e “*Vida, criatividade e sentido no pensamento de Winnicott*” (2014).

1.

Freud, subjetividade e laço social

1.1.

A subjetividade em Freud

A psicanálise surge como novo saber abalando as estruturas do conhecimento científico do século XX⁵ e explicitando o dogmatismo e o reducionismo de suas premissas e aspectos metodológicos. Esta nova epistemologia se desvirtuou do caminho comum seguido pelos conhecimentos da época candidatos à cientificidade, e apesar de não ser seu objetivo - entrar em conflito com o paradigma moderno -, esta postura agiu como condição de possibilidade de seu surgimento.

S. Freud, considerado fundador deste novo saber, ao descobrir o conceito de inconsciente através de suas práticas clínicas, tentou adaptá-lo e adequá-lo ao paradigma dominante a fim de torná-lo “interpretável” pelos referenciais científicos daquele tempo histórico. Apesar de começar a reconhecer as suas limitações, insistiu em considerar a razão como principal caminho epistemológico capaz de produzir conhecimento, desconsiderando a intuição como possível fonte de compreensão do ser humano e da realidade. O conceito de inconsciente não poderia ter sido investido e delineado por Freud caso tivesse seguido de forma estrita os postulados científicos do paradigma moderno vigente. Este paradigma tem como pressuposto fundamental a separação radical entre ser humano e natureza (PLASTINO, 2001, p. 13), da qual advêm todas as demais dualidades modernas: corpo e psiquismo, sujeito e objeto, natureza e cultura. Os entraves e tentativas de harmonização com o paradigma moderno se deram ao longo da elaboração teórica de Freud, até a sua ruptura definitiva que ocorreu nos textos da virada dos 20, a partir de uma nova concepção antropológica, ontológica e epistemológica, que superou a visão racionalista do homem e maquinica da natureza (PLASTINO, 2001, p. 13).

⁵ “A interpretação dos sonhos” (1900) é considerado o livro que funda a psicanálise por dar início à formulação do conceito de inconsciente (PLASTINO, 2001, p. 46).

A fim de evitar percorrer o longo caminho de construção teórica freudiana, suas idas e vindas, seus questionamentos e problematizações, uma vez que não é o objetivo deste trabalho, optou-se por abordar somente os aspectos imprescindíveis (que já são muitos) para o esboço da subjetividade freudiana, com a qual iremos dialogar diretamente. A concepção de sujeito foi tomando contornos a partir das observações e análises clínicas acerca do seu próprio funcionamento psíquico e de seus pacientes, tendo este percurso o feito rever e redesenhar suas concepções de sujeito em diversos momentos de sua teoria. Aos aspectos que forem deixados em segundo plano, serão, na maior parte das vezes, indicadas leituras aos interessados em aprofundar o tema. Os parágrafos abaixo compõem um conjunto de diferentes facetas da concepção de sujeito freudiana, que perpassam o conceito de inconsciente, as teorias pulsionais, os três registros da metapsicologia – tópico, econômico e dinâmico – e mais especificamente, a primeira e a segunda tópica.

1.2.

O conceito de inconsciente e a primeira tópica

Os textos metapsicológicos escritos por Freud entre 1914 e 1915, denominados de segunda síntese metapsicológica, se inserem cronologicamente entre “A interpretação dos sonhos” (1900) e “Além do princípio do prazer”(1920) (PLASTINO, 2001, pp. 55-56). A metapsicologia, como instrumento teórico para pensar o funcionamento do psiquismo inconsciente e para complementar as teorias, é pensada como uma superestrutura especulativa da psicanálise, que baseada na experiência clínica, forja e cria conceitos a fim de compreender o funcionamento psíquico dos pacientes e organizar teoricamente as observações clínicas (PLASTINO, 2001, p. 50). As teorias metapsicológicas, nas palavras de Freud, “*são expressão direta da experiência, através de hipóteses aptas para dominar o material e que se referem a questões não suscetíveis de observação direta.*” (FREUD, 1926, p. 31 *apud* PLASTINO, 2001, pp. 49-50). Uma vez que no início de sua construção teórica, Freud buscava bases materiais para explicar os fenômenos psíquicos, a constatação de que a psicologia da consciência não dava conta de explicar alguns fenômenos trouxe a necessidade de se elaborar uma metapsicologia (PLASTINO, 2001, p. 51).

A segunda síntese metapsicológica foi marcada por impasses teóricos, que proporcionaram uma abertura à transformação no pensamento freudiano (PLASTINO, 2001, p. 56). As principais questões tratadas nos textos desse período dizem respeito aos três registros que compõem a metapsicologia freudiana: o registro tópico, abordado em “O inconsciente”(1915) e “O recalque”(1915); o registro econômico, explorado em “As pulsões e seus destinos” (1915), cuja compreensão da primeira teoria pulsional foi alterada após a descoberta do investimento libidinal no próprio ego em “Introdução ao Narcisismo” (1914); e o registro dinâmico, também reformulado pela mudança na concepção de conflito pela introdução do conceito de narcisismo na teoria da libido (PLASTINO, 2001, p. 56).

O artigo “O inconsciente” (1915), ainda bastante influenciado pela primeira tópica, teve como objetivo defender a legitimidade da existência do psiquismo inconsciente de forma a torná-lo uma hipótese necessária e legítima através de atos psíquicos – lapsos, atos falhos, sonhos – que não poderiam ser explicados unicamente pela via do psiquismo consciente (PLASTINO, 2001, p. 58). Nas palavras de Freud: “(...) *a suposição do inconsciente é necessária e legítima, (dado que) possuímos várias provas da existência do inconsciente. Ela é necessária porque os dados da consciência têm muitas lacunas (...)*” (FREUD, 1915, p. 101) e é legítima porque inferir a atuação inconsciente torna os atos conscientes mais coerentes e dotados de sentido (PLASTINO, 2001, p. 58).

A subjetividade em Freud é pensada como um aparelho psíquico e está ligada diretamente ao conceito de inconsciente. Este conceito foi formulado em “A interpretação dos sonhos” (1900) e posteriormente em “O inconsciente” (1915), abarcando múltiplos sentidos como: (i) a afirmação do caráter inconsciente da realidade psíquica; (ii) a existência de uma modalidade específica da atividade psíquica inconsciente, o processo primário, que se distingue do funcionamento consciente; e (iii) a existência de *sentido* na atividade inconsciente (PLASTINO, 2001, p. 47).

Sobre o ponto (i), a redução do psiquismo à consciência, pressuposto do paradigma moderno, potencializou a resistência de Freud em aceitar o inconsciente como conceito fundamental de sua teoria psicanalítica, formulando-

o, inclusive, a partir do consciente.⁶ Pensando o inconsciente como resultado de processos defensivos, Freud elaborou a primeira tópica que será posteriormente questionada e substituída pela segunda tópica a fim de dar conta da complexidade deste conceito (PLASTINO, 2001, p. 48).

Sobre o ponto (ii), Freud distingue a atividade consciente, manifestada pelo processo secundário, da atividade inconsciente, manifestada pelo processo primário. Inicialmente, Freud, ainda influenciado pela primeira tópica, concebe o processo primário inconsciente como uma deformação do ato de pensar sobre a atividade onírica, realizado pelo processo secundário, uma vez que ocultaria sua lógica e coerência. Este entendimento teórico sofrerá impasses e contradições mais à frente na teoria freudiana por desconsiderar o caráter originário e a participação do inconsciente nos processos de apreensão do real e de conhecimento (PLASTINO, 2001, p. 48). Sendo o processo primário caracterizado pela sua desorganização, falta de lógica e desprendimento dos ditames da linguagem intelectualizante e o processo secundário como responsável pela organização lógica de conteúdos inconscientes, Freud ao perceber a possibilidade de organização inconsciente conforme o processo secundário, *“rompe com a equivalência, de um lado, entre processo primário e inconsciente e, de outro, entre processo secundário e pré-consciente”* (PLASTINO, 2001, p. 70). Esta ruptura amplia as possibilidades de se pensar a organização de conteúdos inconscientes através de uma outra lógica que não a comumente buscada pelo paradigma moderno: a do *sentido* e não da linguagem identitária, que é aquela caracterizada pela atividade consciente.

Sobre o ponto (iii), o sentido era pensado pelo paradigma moderno como atividade consciente mediada pela linguagem, reduzindo-o ao significado, ou seja, a apenas uma das suas modalidades (PLASTINO, 2001, p. 48). A partir desta perspectiva, o inconsciente não poderia ser pensado como portador de sentido. Porém, Freud defendeu a *“existência de inscrições psíquicas de imagens consideradas como as primeiras e genuínas (...) e a existência de processos de pensamento inconsciente à margem da linguagem e com anterioridade do acesso do sujeito à linguagem.”* (PLASTINO, 2001, p. 49). Ao estabelecer as

⁶ O inconsciente era formado a partir da exclusão de representações do âmbito da consciência (PLASTINO, 2001, pp.60-61)

características do inconsciente como registro psíquico diverso da consciência, revela a necessidade de se pensar o sentido desde outra perspectiva que não aquela restrita ao significado advindo da linguagem.

A experiência clínica mostra que a equiparação entre psiquismo e consciência, fundamentada no paradigma moderno, é problematizada pela hipótese do inconsciente, que torna insustentável a presunção de que tudo o que acontece na vida psíquica seja percebido pela consciência (PLASTINO, 2001, p. 58). Freud, vinculado às lentes interpretativas da ciência moderna, faz descobertas clínicas que nega posteriormente, de modo a enquadrar a sua teoria na moldura científica aceita, adequada e já conhecida. De acordo com Plastino, “*a afirmação da realidade psíquica como diferente da realidade material, (...) não significou, de início e nem por um longo período, o abandono por parte de Freud dos pressupostos materialistas, característico daquele paradigma.*” (PLASTINO, 2001, p. 47). Esse entendimento se modifica na segunda tópica, como será visto adiante, mas antes, passemos à primeira tópica.

A primeira tópica foi construída por uma instância *consciente/pré-consciente* e por uma instância *inconsciente*, que eram separadas por uma censura ou defesa. O inconsciente é pensado a partir da perda do caráter consciente da representação, que se torna inconsciente pela defesa psíquica (PLASTINO, 2001, p. 48). Neste momento teórico, Freud afirma que há diferença entre as representações pré-conscientes, que podem se tornar conscientes a qualquer momento, dependendo da atenção aplicada e as representações inconscientes que “*não podem atingir a consciência devido à resistência oposta pela censura*” (PLASTINO, 2001, p. 61). Revelando a complexidade do inconsciente e as contradições inerentes à sua teorização, Freud afirma que “*as relações entre as instâncias psíquicas não se limitam ao recalque; constituindo algo vivo e em permanente desenvolvimento, o inconsciente mantém com o pré-consciente toda uma série de relacionamentos, inclusive os de cooperação.*” (FREUD, 1915 *apud* PLASTINO, 2001, p. 69).

Os *derivados do inconsciente*, como Freud denominou as formações de fantasias ou as representações atravessadas por afetos, assumem importância na passagem da primeira tópica para a segunda tópica. Como foi mencionado

rapidamente acima⁷, ao perceber a alta organização das fantasias, Freud dissocia o inconsciente de processo primário e o pré-consciente de processo secundário e “*erode os critérios que organizam sua primeira tópica*” (PLASTINO, 2001, p. 70), atribuindo ao ego, principal responsável pela organização das formações de representações afetivas, uma parcela inconsciente. Este entendimento foi demonstrado por Freud já em 1915, antes mesmo de elaborar a segunda tópica: “*parte das moções que governam nosso ego são inconscientes*” (FREUD, 1915, *apud* PLASTINO, 2001, p. 70). A mudança de perspectiva teórica pela superação da centralidade do consciente possibilita a explicação do inconsciente não mais pela perda de consciência ou pelo recalque de representações intoleráveis, ou seja, não mais pela degradação operada pelo recalque de representações conscientes, mas como originário e complexo (PLASTINO, 2001, p. 71).

1.3.

Impasses na teoria do recalque e na teoria dos afetos

Neste momento teórico, Freud, ainda restrito à racionalidade consciente como instrumento de investigação e às dualidades promovidas pelo paradigma moderno, vivencia um impasse na teoria do recalque e na teoria dos afetos. Chega a afirmar que naquele momento não teria informações suficientes para definir o que é um afeto e o restringe ao seu aspecto econômico.⁸ Para sair desse impasse, faz a separação entre representação e afeto, atribuindo ao primeiro a característica de traço mnêmico e, ao segundo, a qualidade de processo de descarga, associando o processo de recalque exclusivamente às representações, excluindo, portanto, o afeto desta dinâmica (PLASTINO, 2001, pp. 61-63). Porém, a tentativa não atingiu o seu fim, pois ao utilizar a metáfora maquinica para descrever o processo afetivo, limitando o mesmo a processos de descarga e a quantidades metapsicológicas, a clínica continuava nomeando e indicando a presença de afetos inconscientes no sofrimento psíquico dos pacientes, ou seja, o aspecto qualitativo dos afetos retornava pela fala dos pacientes.

⁷ Ver a introdução desse assunto na página 7 deste trabalho.

⁸ Plastino elucida o aspecto econômico na seguinte passagem: “O fator econômico é o responsável pela “eficiência” da representação, isto é, pela capacidade desta de produzir efeitos psíquicos.”(PLASTINO, 2001, p. 63).

Aliado às premissas do paradigma moderno, mais especificamente ao modelo maquínico e ao dualismo corpo/psiquismo, Freud era incapaz de conceber que os sentimentos (afetos) possuíam sentido e qualidade independentemente das representações da consciência. A assimilação do psiquismo à consciência e a exclusividade de apreender sentido atribuída à consciência eram pressupostos que se harmonizavam com o paradigma com o qual Freud dialogava (PLASTINO, 2001, p. 62). Inclusive, ao falar sobre o aspecto econômico do recalque no capítulo IV de “O inconsciente” (1915), Freud entra em contradição ao afirmar a possibilidade de recalque e a presença de aspectos qualitativos dos afetos na seguinte passagem: “*sufocar o desenvolvimento do afeto é o objetivo genuíno do recalque*” (FREUD, 1915 *apud* PLASTINO, 2001, pp. 62-63), evidenciando a inafastabilidade do afeto, trazendo-o novamente à cena. Apesar de definir o recalque apenas para as representações, como “*um processo que se realiza sobre representações na fronteira entre os sistemas inconsciente e pré-consciente*” (FREUD, 1915 *apud* PLASTINO, 2001, p. 63), Freud expõe que a separação entre representação e afeto só ocorre no nível pré-consciente. A partir desta constatação, o afeto, no inconsciente, continua a investir qualitativamente a representação, não se restringindo a meros aspectos quantitativos, incluindo, desta forma, as evidências clínicas que o motivaram à elaboração teórica.

A partir das análises clínicas, Freud concluiu que a etiologia da neurose pautava-se em mecanismos de defesa, através dos quais conteúdos “*eram rejeitados pela consciência por sua qualidade*” (PLASTINO, 2001, p. 52) e não por fatores quantitativos, ou seja, “*o afastamento de determinadas representações operava através de um mecanismo de defesa, originado em fatores emocionais, fatores estes que não podiam ser reduzidos a quantidades*” (PLASTINO, 2001, p. 52). O processo pelo qual ocorre a separação entre representação e afeto tem relação com o conteúdo da representação que contraria os valores e crenças do sujeito, levando-o a sentir culpa, vergonha, entre outros sentimentos (PLASTINO, 2001, p. 59). A significação dos afetos, como descoberta clínica fundamental para a compreensão das psiconeuroses, trouxe a impossibilidade de dar continuidade

ao estabelecido no “Projeto de uma psicologia para neurologistas”⁹ abrindo espaço para um novo entendimento do psiquismo.

1.4.

O conceito de pulsão e as teorias pulsionais

Um conceito importante para delinear a constituição subjetiva freudiana é o conceito de pulsão que passou por transformações no decorrer da elaboração teórica freudiana através da formulação da primeira teoria pulsional e da segunda teoria pulsional. Anteriormente à primeira teoria pulsional, a pulsão era considerada unicamente como sexual, ou seja, pensada como dirigida a um objeto e, após a elaboração sobre o narcisismo em “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud elabora a primeira teoria pulsional e diferencia as pulsões em sexuais ou egóicas (de autoconservação) como podemos ver nesta passagem: *“no começo da vida, as energias psíquicas (libidinosas e de autoconservação) são indiscerníveis, (...) apenas o investimento objetal da libido permitirá diferenciar a energia sexual da libido das pulsões egóicas (ou de autoconservação)”* (PLASTINO, 2001, p. 76). Ainda baseado em uma concepção dualista, Freud, ao analisar clinicamente os casos das neuroses de transferência, afirmou que *“a raiz dessas perturbações se encontrava nos conflitos entre as exigências da sexualidade e as do ego”* (FREUD, 1915 *apud* PLASTINO, 2001, p. 85). No texto “As pulsões e seus destinos” (1915) Freud abandona esta divisão ao afirmar que a energia da pulsão sexual pode ser investida no próprio ego, tomando-o como objeto, não ficando restrita unicamente ao investimento de objetos externos ao sujeito. Afirma, ainda, que as pulsões são qualitativamente iguais (sexuais) e que este investimento egoico pela pulsão sexual é regular desde o início da vida (PLASTINO, 2001, pp. 85-86).

As suposições iniciais sobre a regência do princípio do prazer no psiquismo não se sustentaram diante do fenômeno da compulsão à repetição. Este princípio preconiza que o aparelho psíquico tem a tendência geral de evitar o desprazer e, para alcançar este fim, procura manter os níveis de excitação baixos

⁹ O objetivo de Freud no Projeto era *“brindar uma psicologia de base natural, isto é, apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente comandados por partes materiais comprováveis.”* (FREUD, 1895, *apud* PLASTINO, 2001, p. 51)

ou constantes. Porém, a compulsão à repetição evidenciou que fatores incapazes de produzir prazer agiam fortemente no psiquismo. O critério *quantidade de excitação*¹⁰ para discriminar entre prazer e desprazer foi afastado no caso da compulsão à repetição, que leva ao questionamento do postulado de regulação dos processos psíquicos pelo princípio do prazer, uma vez que o mesmo não consegue explicar a ausência de satisfação ou prazer nas atuações repetidas pelos pacientes, apesar do aumento de excitabilidade psíquica. A observação clínica da compulsão à repetição levou Freud à afirmação da insuficiência do princípio de prazer e à elaboração da segunda teoria pulsional. Segundo Plastino,

Com efeito, atualizando vivências passadas que não continham – nem no passado nem no momento de sua reprodução – nenhuma possibilidade de prazer, nenhuma satisfação, **a compulsão à repetição contradiz o suposto econômico básico da teoria psicanalítica, segundo o qual os processos psíquicos se regulavam automaticamente segundo o princípio de prazer** (grifo nosso). (PLASTINO, 2001, p. 106).

Diante da tentativa de fazer os pacientes lembrarem o momento da formação do sintoma, de forma a reproduzir os processos psíquicos daquela situação, Freud percebeu que ao invés de rememorar a situação, os pacientes atuavam, ou seja, repetiam o material recalcado (PLASTINO, 2001, p. 103). Os sentimentos e emoções presentes no conjunto de representações inconscientes dos pacientes produziam a compulsão à repetição, sendo considerada uma dinâmica primordialmente afetiva (PLASTINO, 2001, p. 105).

A necessidade de se pensar outros processos ou forças que atuem no psiquismo e que se contrapunham ao princípio de prazer foi estabelecida em “Além do princípio do prazer” (1920), momento em que a segunda teoria pulsional é elaborada como uma tentativa de compreender os processos de compulsão à repetição e de busca de algo mais originário que o princípio de prazer (PLASTINO, 2001, p. 106). Neste texto, Freud continua a conceber os afetos como quantidades, afirmando que não possui fundamentos filosóficos ou psicológicos que indiquem o significado das sensações de prazer e de desprazer,

¹⁰ Plastino elucida este ponto na seguinte passagem: “*Os limites desta concepção teórica (da quantidade de excitação) tornaram-se imediatamente evidentes para Freud, levando-o a afirmar a necessidade de reconhecer que este princípio não é o único que atua no psiquismo, já que, se o fosse, a esmagadora maioria dos processos anímicos teria que ser acompanhada de prazer ou a ele conduzir, fato este que a experiência não corrobora.*” (PLASTINO, 2001, p. 107).

revelando a insuficiência da apreensão dos afetos por critérios unicamente quantitativos (PLASTINO, 2001, p. 106). A superação dos aspectos quantitativos para se pensar os afetos e as pulsões teve início com a nova concepção de angústia¹¹ e a segunda teoria pulsional, que introduziram o fator qualitativo à pulsão, diferenciando-a em Eros e Destruição. Diante da insuficiência do princípio do prazer, Freud colocou a ambivalência afetiva no centro dos processos psíquicos tendo como consequência a necessidade de reelaboração do registro tópico do aparelho psíquico, levando, assim, à construção da segunda tópica (PLASTINO, 2001, p. 112), que veremos com mais detalhes a seguir no item 1.5.

Antes de passarmos à segunda tópica, é importante comentar alguns pontos sobre a elaboração da segunda teoria pulsional, que teve início com a afirmação de Freud sobre a característica universal das pulsões, o seu caráter regressivo, que introduz o conceito de pulsão de morte: *“uma pulsão seria um esforço, inerente ao orgânico vivo, de reproduzir um estado anterior que o vivo deveu abandonar sob a influência de forças perturbadoras externas.”* (FREUD, 1920 *apud* PLASTINO, 2001, p. 113). Freud fala de forças inimagináveis que ao atingirem a matéria inanimada, geraram a propriedade de vida e conjuntamente uma tensão que procura regredir ao estado anterior, denominando esta tensão de pulsão de morte (PLASTINO, 2001, p. 113).

Plastino ressalta a dificuldade de articulação enfrentada por Freud ao afirmar que todas as pulsões buscam regredir a um estado anterior: *“se a tendência à regressão é a característica universal das pulsões, a meta da vida não poderia consistir num estado nunca antes existente, devendo também ser pensado como um estado “antigo, inicial”, que o vivo abandonou uma vez e ao que aspira a voltar.”* (PLASTINO, 2001, p. 113). O retorno a um estado anterior, seja o inanimado, pela pulsão de morte, seja a necessidade de postular a vida, pela pulsão de vida é questionada por Freud ao afirmar que *“o inanimado esteve aí antes que o vivo”* (PLASTINO, 2001, p. 113). Neste momento teórico, Freud estabelece a universalidade do caráter regressivo das pulsões ao inanimado, uma vez que *“o objetivo de toda a vida é a morte”* (PLASTINO, 2001, p. 113). A diferenciação entre pulsão de vida e pulsão de morte é realizada ao introduzir as

¹¹ Para aprofundar este assunto, ver PLASTINO, 2001, pp. 60-67.

pulsões sexuais como genuínas pulsões de vida e as pulsões egóicas ou de autoconservação como pulsões de morte. No entanto, o caráter regressivo das pulsões é atribuído somente às pulsões egóicas, uma vez que só elas tenderiam à morte e só a elas poderia ser atribuído uma “compulsão à repetição” (PLASTINO, 2001, p. 114).

1.5.

A segunda tópica: o id e o ego

A compulsão à repetição como um processo de resistência à lembrança e à elaboração desencadeou a reformulação da primeira tópica, tornando-a insuficiente, uma vez que atribuía ao material recalcado o papel de resistência à emersão na consciência, o que contradiz o papel atribuído ao inconsciente de fazer justamente trabalho oposto, ou seja, se esforçar por trazer seus conteúdos à tona (FREUD, 1920, p. 178). A resistência atua pelas instâncias que operam o recalque - o ego, por exemplo -, e como a resistência e suas motivações são inconscientes, a primeira tópica inviabilizou a possibilidade de pensar esses fenômenos, uma vez que dividia o aparelho psíquico em consciente, pré-consciente e inconsciente, fazia o ego coincidir com o consciente e não concebia a possibilidade de o consciente ter uma parcela inconsciente, isto é, pensava a comunicação entre essas instâncias ainda restrito à prevalência do consciente (PLASTINO, 2001, p. 112).

Segundo Plastino, “a significação dessa virada na concepção da tópica psíquica é fundamental. Ao sinalizar a superação da metáfora maquinica, o foco se desloca, ultrapassando o estudo do mecanismo atuante nas psiconeuroses, para visar a processos de constituição do sujeito” (PLASTINO, 2001, p. 123). Na segunda tópica, a partir de uma nova compreensão do inconsciente, o modelo de máquina psíquica desenhado a partir da primeira tópica se modifica¹², sendo a subjetividade freudiana formada por três instâncias que constituem o psiquismo: id¹³, ego e superego (FREUD, 1920). O ego anteriormente restrito à função repressora, passa a ser considerado uma instância psíquica (PLASTINO, 2001, p. 123). A necessidade de explicar os mecanismos de compulsão à repetição levou

¹² Para mais informações sobre a passagem da primeira tópica para a formulação da segunda tópica, ver PLASTINO, 2001, pp. 64, 70, 112-122.

¹³ Também denominado de *isso*.

Freud a organizar o psiquismo, de um lado, pelo ego e de outro, pelo recalcado, reconhecendo a existência de conteúdos inconscientes no interior do próprio ego (PLASTINO, 2001, p. 112) e afirmando a resistência como um mecanismo eminentemente egoico (FREUD, 1920, p. 183).

Em “O eu e o id” (1923), Freud se dirige ao estudo do ego e dos processos perceptivos. Ao concluir que o ego se constitui em estreita relação com os processos perceptivos, questiona acerca da instância psíquica que, através desses processos da percepção, permite a emergência do ego como instância diferenciada (PLASTINO, 2001, pp. 126-127). É aqui que surge o conceito de id como psiquismo originário inconsciente, que posteriormente será modificado pela inserção do indivíduo na cultura ou na relação estabelecida pelo mundo exterior (PLASTINO, 2001, p. 127). Freud, portanto, na elaboração da segunda tópica, atribuiu ao id, definido como parte do ser natural do ser humano e sede das pulsões, o *status* de inconsciente originário, unindo, desta forma, as duas facetas separadas na modernidade: a natureza e a cultura no ser humano (PLASTINO, 2001, p. 84).

Partindo dessa nova concepção do psiquismo humano, Freud modifica a sua visão de inconsciente como derivado da consciência, rompendo alguns laços com o paradigma vigente, o qual atribuía à consciência um lugar de primazia. O id como inconsciente originário funda o humano como ser pulsional, fazendo um movimento de inclusão da natureza na concepção humana, que apesar disso, não deixa de ser também cultural. Nesse sentido, Plastino afirma: “*Freud elaborou uma concepção de sujeito que ultrapassa tanto a perspectiva que o reduz a um ser apenas natural, quanto a antagônica que o pensa como sendo apenas um produto da cultura.*” (PLASTINO, 2001, pp. 168-169). Isto acontece porque o conceito de pulsão se diferencia de instinto, podendo se aproximar tanto da natureza como da cultura, se alinhando com a visão de natureza como um *organismo vivo, autopoietico e relacional* (PLASTINO, 2001, p. 169). Sendo assim, a pulsão enfatiza o aspecto histórico e criativo do ser humano e não meramente reprodutivo ou reativo. (PLASTINO, 2001, p. 169).

1.6.

A segunda tópica: a emergência do superego

Como dito acima, a segunda tópica possui três instâncias psíquicas: o id como o psiquismo originário inconsciente, o ego pensado como parte organizada do id; e o superego, no qual iremos nos debruçar a partir de agora. Em “O eu e o id” (1923), Freud formula o embrião do superego: o “ideal do eu”, a qual são atribuídas as funções de observação de si e da consciência moral, sendo que a segunda função pressupõe a primeira (PLASTINO, 2001, p. 129). Para Freud, a consciência moral faz parte de nós, mas não desde o início da vida e afirma que “sua emergência resulta de um processo no qual os afetos originários desempenham o papel principal” (PLASTINO, 2001, p. 129). Neste ponto, a ambivalência afetiva originária das pulsões do id desempenha um papel importante na emergência do superego, uma vez que a ameaça da perda do amor que norteará o que a criança distinguirá como bem ou mal, sendo o mal caracterizado como aquilo desautorizado pelos pais e que poderá consistir em uma ameaça de perda de amor (PLASTINO, 2001, p. 130). Neste ponto há uma diferença importante entre Freud e Winnicott que veremos no próximo capítulo com a exposição do conceito da capacidade de concernimento.

Os conceitos de *ideal do ego* e de *superego* em “O eu e o id” (1923) foram utilizados de forma indistinta por Freud, que não chegou a utilizar a palavra superego neste texto, como podemos ver na passagem abaixo:

Você deveria ser assim (como o seu pai). (...) também compreende a proibição: Você não pode ser assim (como o seu pai).(...). Esse aspecto duplo do ideal do ego deriva do fato de que o ideal do ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo; em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve a sua existência. (FREUD, 1923, pp. 43-44).

Laender (2005) sugere uma possível diferenciação entre os conceitos a partir desta parte destacada do texto. A frase “*Você deveria ser assim*” estaria relacionada ao ideal do ego enquanto a frase “*Você não pode ser assim*” se referiria ao superego, uma vez que prevê uma proibição. Haveria, em sua concepção, um superego arcaico (o ideal do ego) que teria origem pelas escolhas objetais do id e seria produto de uma identificação com o objeto primordial.

Assim como o superego, que surge como representante da lei paterna, com a proibição que lhe é inerente, qual seja, a interdição da relação mãe-filho, indicando “*a impossibilidade da identificação primária devido à vigência da lei edipiana (...)*” (LAENDER, 2005, p. 66)

O processo de emergência do superego do qual Freud fala é o de identificação, que foi formulado através das análises clínicas das melancolias (PLASTINO, 2001, p. 129). Nas palavras de Plastino, “*Nessas afeições, fortemente marcadas pela fixação narcísica da libido, a investidura libidinal do objeto perdido é substituída por uma identificação com ele através do processo de introjeção. Assim o objeto perdido passa a fazer parte do próprio ego*” (PLASTINO, 2001, p. 129). No entanto, a identificação não se restringe ao campo das patologias, consistindo um mecanismo psíquico que participa da formação do ego, contribuindo para a formação do que ele denomina de “caráter”¹⁴. (PLASTINO, 2001, pp. 129-130). Sobre este ponto, Freud afirma que “*(...) o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e ele contém a história dessas escolhas de objeto*” (FREUD, 1923, p. 26). De acordo com o pensamento freudiano, o processo de identificação é “*a ligação mais originária com o próximo*”, “*a primeira exteriorização de uma ligação afetiva com outra pessoa*” (PLASTINO, 2001, p. 130).

O ego do *outro* é incorporado no início da vida psíquica produzindo as primeiras identificações e uma gênese do superego no sujeito, isto é, da consciência moral. Desvinculando o conceito de superego da clínica da melancolia, Freud atribui às identificações do sujeito uma instância no aparelho psíquico que o insere na cultura, sendo as primárias com os progenitores e as secundárias com os demais *outros*, inclusive, as instituições. A identificação, desta forma, implica em uma mudança do ego que introjeta os traços identificados do objeto. O superego como resultado das identificações com os progenitores, em um primeiro momento e das identificações com os progenitores e com outras pessoas ou instituições em um segundo momento, é herdeiro do complexo de Édipo e expressão das pulsões de vida e de morte (PLASTINO, 2001, p. 131).

¹⁴ Para um aprofundamento sobre as concepções de caráter delineadas por Freud, ver HOMRICH, A. C. B. “*O conceito de superego na teoria freudiana*”, 2008, pp. 144-167.

Dizer que o superego é herdeiro do complexo de Édipo significa afirmar que o ideal do ego foi um fator determinante na resolução do complexo de Édipo, uma vez que é através do mesmo que é feita a passagem da identificação primária à identificação secundária. As palavras de Freud podem ajudar nesse sentido: *“Estabelecendo-o (o ideal do ego), o eu assenhorou-se do complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, submeteu-se ao id.”* (FREUD, 1923, p. 45). Um questionamento importante que toca esta questão foi feita por Laender (2005, p. 66): *“Como entender que o ideal do ego vinculado aos modelos identificatórios possa ser o fator determinante na resolução do complexo de Édipo, que implica uma identificação secundária?”* O questionamento da autora tentou mostrar que a indistinção entre as duas fases de formação do superego e a não utilização da diferenciação entre ideal do ego e superego por Freud, o faz assumir que o ideal do ego é responsável pelo desfecho com complexo de Édipo, porém, quem é o responsável é o superego. Para esclarecer é preciso discorrer resumidamente sobre as duas fases de formação do superego: a primeira, a fase identificatória primária objetual, em que há o apoderamento pelo ego dos investimentos do id, projetando-os posteriormente nos objetos e introjetando-os pela identificação e a segunda, que corresponde à resolução do complexo de Édipo, quando surge o superego propriamente dito, com a internalização da lei paterna e o surgimento do sentimento de culpa gerado pelo masoquismo moral (LAENDER, 2005, p. 67). Portanto, na passagem de Freud acima faria mais sentido utilizar “superego” em vez de “ideal do ego”. O medo de castração, ao final do complexo de Édipo, dissolve-o, dando origem ao superego, que é *“um exemplo de identificação primária relacionada ao ideal do ego, com ênfase no pai e na relevância de sua mudança de posição ao longo do processo edipiano, cujo desfecho será o aparecimento do superego através da introjeção da lei paterna.”* (LAENDER, 2005, p. 67).

De acordo com Freud, é através da repressão superegoica, seja das instituições sociais, seja das autoridades, que emerge um sentimento moral no indivíduo, que através de um sentimento inconsciente de culpa, se subjetiva enquanto ser socializado, com ideais e deveres para com o *outro*:

O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo **e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a**

influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência (conscience) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa. (FREUD, 1923, p. 43).

Em resumo, a segunda tópica é presidida afetividade, pois postula um inconsciente originário que é sede das pulsões de vida e de morte, correspondendo a uma ambivalência afetiva originária apreendida pela experiência clínica (PLASTINO, 2001, p. 131). Freud estabelece uma concepção dinâmica do psiquismo por sua capacidade de diferenciação pelo processo de identificação, que é exclusivamente realizado pela via afetiva em sua forma mais primária. A segunda diferenciação psíquica, a do superego, é desenvolvida pelos processos identificatórios, comandada pela ambivalência afetiva originária e ativada pela necessidade de amor e proteção sentida pelo infante humano, que passa a internalizar as proibições, os limites e os valores sociais (PLASTINO, 2001, p. 131).

1.7.

A relação com o *outro* e o laço social: conflito e repressão

A relação com o *outro*, resultado de um investimento libidinal e pulsional nos objetos, é para Freud, erótica, no sentido de comandada por Eros, responsável pela pulsão de vida¹⁵ Ao estudar o destino das pulsões, Freud construiu um princípio que comandaria a dinâmica pulsional no psiquismo humano: o princípio do prazer, que posteriormente foi decretado insuficiente para explicá-la ao analisar os casos de compulsão à repetição, como foi exposto no item 2.5. acima. A elaboração do princípio de prazer partiu da aplicação de uma “*hipótese geral*” da existência de “*duas modalidades diferentes de energia de investidura, uma ligada e outra móbil, livre e orientada para a descarga*” (PLASTINO, 2001, p. 106). Os três registros que Freud utiliza como pano de fundo para a compreensão da hipótese geral são os três pares opostos: princípio de prazer/princípio de realidade; processo primário/processo secundário e pulsão de morte/pulsão de vida, que apesar de se referirem a processos diferentes, têm em comum as ideias

¹⁵ A concepção da mitologia grega de Eros é de amor ou atração sexual enquanto a concepção freudiana de Eros é de pulsão de vida. Sobre essa discussão, ver LEJARRAGA, A. L. *Paixão e ternura, um estudo sobre a noção de amor na obra freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

de ligação e limite (PLASTINO, 2001, pp. 106-107). As ideias de ligação e de limite estão presentes nos segundos, enquanto se encontram ausentes nos primeiros, que possuem a característica de energia livre ou desligada. Sendo assim, o princípio de realidade seria um limite ao princípio do prazer e à livre fruição da libido, o processo secundário um limite ao processo primário pela ligação à linguagem e a pulsão de vida um limite à autodestrutividade da pulsão de morte pela ligação ao *outro*.

Uma das mais importantes funções do aparelho psíquico, segundo Freud, é fazer a ligação pulsional através da substituição do processo primário pelo processo secundário. A chegada das pulsões livres e desligadas pelo processo primário devem ser ligadas pela atividade intelectualizante do processo secundário a fim de serem estabilizadas e dominadas (PLASTINO, 2001, p. 116). Questionando e aprofundando o pensamento de Freud sobre a ligação pulsional por um viés intelectual, Plastino relembra exemplos pelos quais podemos pensar casos mais arcaicos, em que a mediação do pensamento lógico é incapaz de suscitar Eros no psiquismo a fim de realizar a ligação pulsional, como são os casos da “sedução materna”¹⁶ ou o resgate de crianças hospitalizadas que, apesar de não existirem causas orgânicas, “*se deixam morrer em face da ausência de acolhimento amoroso*” (PLASTINO, 2001, p. 118). Sobre esse “resgate”, Plastino diz que

[...] é operado pela introdução de gestos de acolhida – nutrição oferecida “olho no olho” – percebidos pela criança através da mediação de sua sensibilidade corporal e de sua percepção inconsciente. **É, pois, o gesto amoroso do outro, a ação de Eros ativada pelo ser diligente que opera a ligação pulsional** (grifo nosso). (PLASTINO, 2001, p. 118)

A consideração desses casos que escapam à ligação estabelecida por um processo intelectual, centraliza a questão dos “*sentidos e dos afetos qualitativamente considerados*”, uma vez que, nas palavras de Plastino,

Trata-se, pois, de um *sentido diferente da significação intelectual* e de uma “*compreensão*” *erótica* que não é da ordem do entendimento, já que este compreende percebendo uma experiência sob uma ideia enquanto a **compreensão erótica “compreende” ligando os corpos e os inconscientes** (grifo nosso). (PLASTINO, 2001, p. 118)

¹⁶ Os casos de sedução materna equivalem aos cuidados maternos despendidos pela mãe ao bebê.

Os pares princípio de prazer/princípio de realidade, processo primário/processo secundário e pulsão de morte/pulsão de vida são construídos como dinâmicos, cujas relações entre os pólos se dão no sentido de que, como foi mencionado acima, os segundos termos impõem limites aos primeiros. (PLASTINO, 2001, p. 170). Segundo Plastino,

No terceiro par – pulsão de morte/pulsão de vida – essa ideia de limite é compreendida como sendo imposta ao narcisismo e à onipotência do sujeito (grifo nosso), constituindo-se assim no fulcro da concepção freudiana sobre o processo de subjetivação e de emergência da vida social. (PLASTINO, 2001, p. 170).

A pulsão de morte, ao ser ligada por um processo afetivo e não intelectual, delineia o que Freud chama de o “*primado da afetividade*”, que será mais desenvolvido adiante (PLASTINO, 2001, p. 118). As possibilidades que levaram Freud a afirmar este primado passaram pelo desenvolvimento do conceito de inconsciente, pela superação da primeira tópica com a elaboração da segunda tópica, e, ainda, pela “*substituição da oposição entre as duas classes de pulsão – de morte e de vida – pela polaridade entre amor e ódio*”. (FREUD, 1923 *apud* PLASTINO, 2001, p. 118).

O conflito, para Freud, ocupava um papel central para a compreensão dos processos psíquicos (PLASTINO, 2001, p. 57). Antes de “Introdução do Narcisismo” (1914), o conflito era pensado como consequência da oposição entre indivíduo e sociedade, em que o primeiro, impulsionado pelas pulsões sexuais e pelo princípio do prazer, tinha sua atuação restringida pela sociedade, suas regras e princípios, que acionavam a pulsão de autoconservação, impedindo-o de usufruir livremente de sua manifestação pulsional (PLASTINO, 2001, p. 57). A complexidade do funcionamento psíquico humano tornou essa explicação simplista, baseada sobretudo em uma concepção maquínica, cujos processos de carga, descarga e inibição de descarga não davam conta de explicar o narcisismo ou o investimento libidinal no próprio ego (PLASTINO, 2001, p. 57). Após a introdução do narcisismo na teoria da libido, o conflito se interioriza e passa a ser percebido como interno ao próprio sujeito, “*sendo a ambivalência afetiva deste, que torna o conflito inarredável*” (PLASTINO, 2001, p. 57). Nesse sentido, a relação indivíduo-sociedade foi pensada no início da elaboração teórica freudiana a partir da metapsicologia, que se baseava na concepção do princípio de prazer em

termos meramente quantitativos, com Freud ainda restrito aos limites metodológicos impostos pela ciência moderna e pela desconsideração dos *complexos processos afetivos* contidos nos conflitos psíquicos trazidos pelos pacientes na clínica psicanalítica (PLASTINO, 2001, p. 171). A consequência disto é o conflito psíquico pensado “*apenas como resultante do bloqueio externo oposto à livre descarga.*” (PLASTINO, 2001, p. 171).

É com este olhar teórico que a concepção freudiana dos processos de socialização, em um primeiro momento, se forma no sentido de conceder um teor repressivo às relações sociais, uma vez que as mesmas teriam como objetivo a diminuição do princípio de prazer pelo princípio de realidade operado pelas instituições sociais, sendo a inserção cultural um processo de repressão do id pelo superego. Em “Além do princípio do prazer” (1920), Freud realiza uma virada em sua teoria, concebendo os conflitos psíquicos resultantes de uma alocação narcísica da libido que podem “*bloquear a ligação erótica alteritária, produzindo uma modalidade de insatisfação que não deve ser confundida com a sensação decorrente de um bloqueio à descarga.*” (PLASTINO, 2001, p. 171). Dessa forma, ao dissociar o sofrimento psíquico de um bloqueio à livre descarga da libido, Freud reconhece a complexidade do processo do adoecer psíquico deslocando da compreensão do conflito para as relações entre pulsão de morte e a pulsão de vida ou erótica. (PLASTINO, 2001, p. 171).

O esgotamento do princípio do prazer para explicar os conflitos psíquicos traz um novo olhar de Freud para a relação com o *outro* que passa a incluir as dinâmicas afetivas em sua formulação. De uma visão *autointeressada e mecânica* do ser humano voltado à satisfação de impulsos sexuais, reprimido pelas leis, costumes e valores sociais, o processo de socialização passa a uma interpretação do ser humano *narcisista* cuja relação com o *outro* está baseada em uma dinâmica psíquica entre a pulsão de vida (*Eros*) e a pulsão de morte (*Tanatos*). A pulsão de morte, como a passagem acima explicitou, está relacionada ao narcisismo e à onipotência do sujeito, características que a partir da relação alteritária são subvertidas de forma a conformar-se com os limites impostos pela relação.

Uma analogia utilizada para ilustrar a pulsão de vida e a relação com o

outro, que Plastino relembra a partir de um exemplo de Freud¹⁷, são as experiências realizadas com a animais unicelulares (PLASTINO, 2001, pp. 114, 115 e 173). A vida desses seres dependia da imersão em um líquido composto de produtos de outra espécie, pois caso ficassem imersos em líquidos saturados pelos produtos do seu próprio metabolismo, não subsistiriam. Trazendo esta experiência para a teoria da libido, Freud afirma que a ligação com o *outro* é vital para esses seres, uma vez que neutraliza a pulsão de morte em seu interior ao se ligarem ao *outro* (PLASTINO, 2001, p. 115). Plastino vai além e afirma: “*Esses complexos processos permitiriam estabelecer uma interessante analogia com a concepção freudiana de Eros – a pulsão de vida – cuja ativação no sujeito exige a ruptura do aprisionamento narcísico e a consequente ligação com o outro.*” (PLASTINO, 2001, p. 173).

Além do processo de organização da libido¹⁸, Freud discorre sobre a organização do psiquismo pelos processos de identificação, ou seja, pelas relações do indivíduo com o objeto, que tem início com o primeiro objeto, a mãe ou o cuidador principal, e posteriormente, através do estabelecimento do complexo de Édipo (PLASTINO, 2001, p. 88). Nesta mesma linha, Plastino expõe que

[...] após a descoberta do narcisismo e da universalidade dos processos de identificação, **os dois aspectos estudados por Freud deixam de ser “paralelos”, tornando-se indissociáveis do complexo processo de constituição do sujeito, processo no qual o que é patrimônio antropológico do indivíduo é inseparável de suas experiências com os outros e com a cultura** (grifo nosso). Ao mesmo tempo, junto com o princípio do prazer e da constatação de sua insuficiência, Freud destacará a significação da ambivalência afetiva originária. (PLASTINO, 2001, p. 89).

A identificação primária é o processo de constituição de subjetividade que se situa antes da diferenciação de objeto e do acesso à linguagem. Sendo

¹⁷ Este exemplo esclarece que a pulsão de vida existe desde o início, hipótese formulada por Freud que encontra apoio no mito *O banquete* de Platão. Nas palavras de Plastino, “*Segundo esse mito, os dois gêneros em que se dividia a espécie humana estavam reunidos no início num só, adrógeno. Esse adrógeno teria sido dividido por Zeus em dois, desdobrando o ser natural.*” (PLASTINO, 2001, p. 115). Acrescenta Freud que “*cada metade, suspirando pela outra metade, se unia a esta: se abraçavam com as mãos, se enlaçavam entre si, anelando fusionar-se em um único ser.*” (FREUD, 1920 *apud* PLASTINO, 2001, p. 115).

¹⁸ Freud estabelece cinco fases do desenvolvimento psicosssexual: (i) oral; (ii) anal; (iii) fálica; (iv) de latência; (v) genital. Para mais informações, ler o texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905).

eminentemente afetivo, é um processo *direto, imediato e não mediado* (FREUD, 1923 *apud* PLASTINO, 2001, p. 98), que se estabelece através de uma *ligação afetiva* e uma *comunicação empática* (FREUD, 1921 *apud* PLASTINO, 2001, p. 98). A identificação primária é o ponto inicial do processo de constituição da subjetividade, sendo seguida por processos empáticos que acontecem no decorrer da vida, principais responsáveis pela *compreensão do ego alheio* (FREUD, 1921 *apud* PLASTINO, 2001, p. 98).

Plastino afirma que Freud não possui uma visão solipsista do indivíduo, cuja constituição se daria independentemente da sociabilidade, ao contrário, esclarece que no começo da vida psíquica humana não há uma instância comparável ao ego, sendo necessário o seu desenvolvimento. De acordo com Freud, o narcisismo se constitui justamente pelas pulsões auto-eróticas somadas a uma *nova ação psíquica*, que denomina de *processos identificatórios* que permearão a relação com o *outro*. Desta forma, pode-se afirmar que para Freud a sociabilidade é constitutiva do sujeito assim como a afetividade é imprescindível nos processos identificatórios primários (PLASTINO, 2001, p. 76). De acordo com a teoria freudiana, não há uma instância psíquica unificada desde o começo da vida, só há as pulsões autoeróticas, sendo necessária a relação com o *outro* para que se possa formar a imagem do corpo unificado do narcisismo. Neste ponto, como veremos adiante com Winnicott, parece que há uma convergência entre o pensamento freudiano e winnicottiano no que tange à afetividade e à relação com o *outro* para a constituição da subjetividade.

O desenvolvimento do ego, em Freud, passa pelas fases do narcisismo primário e narcisismo secundário. O primeiro pode ser definido como o período das primeiras satisfações narcísicas, uma fase de autosuficiência, em que o ego ideal é formado. O narcisismo secundário é produzido pelo retorno dos investimentos dos objetos para o ego, tomado como objeto. O ego emerge da superação do narcisismo primário na tentativa de resgatar a fase ideal que viveu, constituindo, assim, o ideal do ego, substituto do ego ideal, que observará e coordenará as ações do ego de modo que atinjam a satisfação das demandas narcísicas do seu ideal (LAENDER, 2005).

Apesar de o narcisismo ser uma fase regular da vida e do processo de constituição de subjetividade, Freud estabelece que para que haja saúde psíquica é preciso ultrapassar esta fase e afirma que o que faz adoecer é impedimento narcísico ao desenvolvimento de Eros ou do laço social. As palavras de Plastino esclarecem este ponto:

Assim, se inicialmente a libido tem como objeto o “ego-ideal”- isto é, o próprio sujeito constituindo seu ideal -, é preciso que parte dessa libido se oriente para um objeto externo, que Freud denominará “ideal de ego”. Este conceito, precursor do conceito de superego, evoca já os processos identificatórios e as experiências de castração pelas quais o indivíduo deverá passar no seu processo de socialização. **Por que a vida anímica é compelida a ultrapassar os limites do narcisismo, investindo parte da sua libido nos objetos?, pergunta Freud. Sua resposta é que é preciso amar para não adoecer** (grifo nosso). Assim, para Freud, a manutenção do narcisismo para além de sua vigência regular na infância constitui uma doença. (PLASTINO, 2001, p.76)

A relação com o *outro* tem papel constitutivo, sendo um componente de extrema relevância para uma constituição subjetiva aberta e sensível à alteridade. Para o estabelecimento dos laços sociais é preciso uma concepção inclusiva e empática do *outro* sendo esta postura também imprescindível para a nossa própria constituição subjetiva. Plastino esclarece este ponto sobre a relação entre subjetivação e a socialização:

[...] os processos de socialização e subjetivação não constituem pares opostos, nos quais o crescimento de um pólo significa necessariamente a redução do outro, mas partes de um mesmo processo. Assim, **se o processo de socialização exige, por parte do sujeito, o reconhecimento da alteridade, isto é, da lei social, não é apenas para a constituição da sociedade que esse reconhecimento é imprescindível. Também o é para o sujeito, que precisa reconhecer essa alteridade para ultrapassar os limites do narcisismo, condição indispensável para o desenvolvimento de suas potencialidades** (grifo nosso). A fixação no narcisismo significa rejeitar o movimento inspirado por Eros, movimento este exigido pelo que, no humanos, representa “um bloco de natureza”. (PLASTINO, 2001, p. 81).

A teoria freudiana sobre o narcisismo se atém aos limites paradigmáticos da modernidade pensando o “indivíduo como preexistente à sociedade” ou “sujeito puro efeito da cultura”. Porém, não está isenta de ambiguidades, uma vez que Freud, no texto “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905, p. 99), afirma que “*o encontro do objeto é na verdade um reencontro*”, pensando ora o sujeito como constitutivamente social, ora como constitutivamente narcísico. (PLASTINO, 2001, pp. 80-81). Freud afirma que ao mesmo tempo que a sociabilidade nos é

constitutiva, sua natureza é insuperavelmente conflitiva, introduzindo o conceito de ambivalência afetiva como central para a compreensão do conflito social que permeia todo ser humano. Nas palavras de Plastino, *“É à afetividade humana e a seus conflitos não-elimináveis que Freud atribuirá a emergência do social, contestando assim o poderoso mito moderno que atribuía a uma decisão racional de indivíduos preexistentes – o contrato social – a emergência da sociedade.”* (PLASTINO, 2001, p. 81).

O primado da afetividade é o processo de subjetivação e socialização comandado pela dimensão afetiva, pensada como originária e ambivalente, que rompe com os parâmetros epistemológicos da época (PLASTINO, 2001, p. 81). Freud parte de uma subjetividade ancorada na ambivalência - cujo laço social se dá por um processo eminentemente afetivo -, criando uma epistemologia afetiva que está além do processo consciente-racional atribuído até então ao método científico e estabelece uma ontologia heterogênea ao se apreender o inconsciente como realidade psíquica, descartando a visão homegeneizante do real perpetrada na modernidade. Nesta linha de raciocínio, *“em vez de um sujeito neutro que investiga um objeto, o saber forjado pela psicanálise se alicerça numa relação intersubjetiva atravessada por processos afetivos”* (PLASTINO, 2001, p. 167), afirmação que vai ao encontro à ideia da afetividade enquanto centro antropológico, epistemológico e ontológico do saber psicanalítico freudiano.

2.

Winnicott, subjetividade e laço social

2.1.

Por que Winnicott?

D. W. Winnicott é um autor que compõe a teoria psicanalítica por três motivos específicos: (i) pela sua postura epistemológica, que parte de sua experiência clínica para elaborar os seus conceitos, assim como fez S. Freud; (ii) por partir e dialogar com conceitos do fundador da Psicanálise, S. Freud, se inserindo, de certa forma, neste âmbito de conhecimento; (iii) pelo percurso histórico que delineou, fazendo parte da Escola Inglesa de Psicanálise.

O reconhecimento de Winnicott das contribuições freudianas para se pensar o funcionamento psíquico humano são inquestionáveis, porém, Winnicott vai além e repensa os pressupostos da metapsicologia freudiana de forma a criticar alguns de seus conceitos, como o de pulsão de morte, por exemplo, criando, desta forma, um caminho transformador e próprio na Psicanálise. Winnicott afirma que a metapsicologia traz uma *“aparência de compreensão, onde esta compreensão não existe”* (PLASTINO, 2014), estabelecendo, assim, uma ruptura com determinados fundamentos que, de acordo com a sua experiência clínica, não serviam para explicar algumas formas de sofrimento que eram trazidas pelos seus pacientes.

A atitude epistemológica de Winnicott se distancia de Freud ao evitar inserir as suas descobertas clínicas em um parâmetro científico determinístico e conforme a lógica das ciências da natureza. Segundo Plastino, *“as próprias características do “objeto” do saber psicanalítico - o ser humano e sua vida psíquica e emocional inconsciente - afastavam qualquer possibilidade de utilizar os métodos desenvolvidos pelas ciências da natureza para lidar com a realidade material”* (PLASTINO, 2014, pp. 17-18).

Além do método utilizado, para este autor, a relação indivíduo e sociedade não é conflituosa em si, como o é para Freud, ao internalizar, após a elaboração da

segunda tópica, uma instância de consciência moral voltada para as repressões, as interdições e os limites aos impulsos pulsionais do indivíduo. O superego, apesar de todos os questionamentos e elaborações posteriores acerca do paradoxo deste registro psíquico¹⁹, tem a finalidade de interdição do desejo como forma de socialização e constituição do sujeito. Em Freud, a inserção no social se dá, como foi visto no capítulo anterior, pela castração e pela internalização da lei social através da emergência do superego e dos processos de identificação.

Winnicott historiciza e intersubjetiviza a relação entre indivíduo e sociedade, tornando-a aberta aos sentidos que poderá abarcar de acordo com os porvires desta relação, sendo inconcebível, diante da sua teoria, a prevalência de um elemento sobre o outro, uma vez que ambos, subjetividade e social, caminham conjuntamente. Winnicott utiliza a palavra “indivíduo” no sentido de subjetividade, que será construída na relação estabelecida com o ambiente, caracterizado aqui pelas instituições sociais, como a instituição “mãe”, “família”, “escola”, “direito”, entre outras. Isto significa que tanto a subjetividade se constitui institucionalmente como as instituições se constituem subjetivamente.

2.2.

A subjetividade em Winnicott

A subjetividade winnicottiana é pensada desde o início da vida, anteriormente à constituição narcísica do “eu”. Para este autor, já há um ser em desenvolvimento antes mesmo de haver um ego constituído. Através da relação que é estabelecida com o ambiente, o sujeito emergirá de forma singular, sendo, a constituição subjetiva um processo histórico de cada sujeito. Winnicott introduz a história como fundamento da subjetividade, uma vez que as potencialidades do sujeito podem ser ou não desenvolvidas dependendo do tipo de relação que se estabeleça com o ambiente. Essa forma de abordagem da constituição subjetiva traz inúmeras consequências que serão discutidas mais profundamente no terceiro capítulo, por ora, vamos nos deter em apresentar os principais conceitos e

¹⁹ Para aprofundar esta temática ver: CARDOSO, M. R. “O superego - em busca de uma nova abordagem” In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, III, 2, 26-41 e LAENDER, N. “A construção do conceito de superego em Freud” In: *Revista Reverso*. Belo Horizonte, n.52, p. 63-68, Set. 2005.

contribuições de Winnicott para embasar a discussão que virá.

Mas o que é esse ambiente do qual Winnicott fala? O ambiente é o *outro* ou o *não-eu* que estabelecerá uma relação com o ser do bebê. Aqui coloquei como “ser” em vez de “eu” pois este ainda não está constituído nos primórdios da vida psíquica, sendo a mesma caracterizada por uma interfusão com o ambiente. Isto significa o surgimento de um paradoxo, pois ao mesmo tempo que o comportamento do ambiente irá influenciar na constituição do psiquismo do bebê, este não estabelece uma relação com o ambiente, pois não está separado ainda do mesmo. Há uma relação que transcende a lógica racional da relação entre partes e o todo. Da perspectiva do bebê, não há partes, só há todo, mas mesmo assim, é um indivíduo ou subjetividade em potencial, ou uma “parte” em potencial. Se a subjetividade é construída a partir da resposta ambiental às demandas espontâneas do bebê, tanto de necessidades fisiológicas, como de necessidades afetivas, o papel do ambiente é extremamente relevante para a constituição psíquica dita “saudável”. Winnicott afirma que a saúde psíquica está relacionada a se sentir autêntico em sua relação com o mundo, em ser você mesmo na relação com o *outro* e a sentir que a vida tem sentido. Esse sentimento de autenticidade e de sentido da vida foi observado em pessoas que tiveram uma boa experiência inicial com o ambiente, conseguindo, assim, se sentir acolhidas pelos outros e se manifestar de forma espontânea e criativa na relação com o *outro*.

Esta relação com o *outro*, como dissemos acima, é fusional em um primeiro momento. Esta interfusão é condição para que a subjetividade se construa através de processos de diferenciação e percepção de que há um *outro* além de mim. A observação das reações dos bebês ao ambiente confiável ou ao ambiente intrusivo foi um indicativo para Winnicott de que o acolhimento pelo ambiente, das emoções da subjetividade em processo de constituição, influencia na constituição psíquica. A afetividade é um ponto chave na teoria winnicottiana, sendo a base de um desenvolvimento emocional sadio. A perspectiva do afeto é apresentada por Winnicott ao desenvolver o conceito de mãe suficientemente boa intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento emocional primitivo, que se daria a partir de uma relação fusional harmoniosa com o ambiente propiciada pela mãe adequada às suas funções maternas. A mãe, no início da vida psíquica e

emocional do bebê, sustenta a experiência de ilusão de indiferenciação com a realidade externa como legítima onipotência do bebê contrariando a tese de Freud do narcisismo primário, que seria a condição natural do bebê no início da vida (PLASTINO, 2014, p. 40).

O psicossoma, conceito importante para o delineamento da subjetividade winnicottiana, foi criado a partir da observação de mães e bebês em situações padronizadas, em que estes últimos descobriam a sua capacidade de querer e concretizar esse querer através do domínio de sua motilidade (PLASTINO, 2014, p. 46). Este conceito nasce da junção entre organismo e psiquismo, percebendo-os como indissociáveis por meio de movimentos somáticos, emoções e capacidade de imaginação das próprias experiências pelo bebê. O psicossoma, é, portanto, um organismo natural com capacidade imaginária que concede sentido às relações primárias do bebê, ou seja, é a *“primeira manifestação da singularidade de cada self, origem natural que precede a construção narcísica e a emergência de um psiquismo singular”* (PLASTINO, 2014, p. 47). A formação do psicossoma, ou seja, da junção psique-soma, se dá durante o processo de integração e personalização do bebê durante o estágio primitivo do desenvolvimento emocional, sendo paulatinamente formado um “eu” que detém um psiquismo e um soma (organismo).

No início, o psicossoma está em um estado de não integração primária, em que se constituem dois tipos de relacionamentos do bebê com o ambiente, um excitado e outro tranquilo, sendo este último o momento em que o bebê “digere” psiquicamente as suas experiências e dá continuidade ao seu processo de desenvolvimento emocional. O relacionamento excitado é pautado pelo crescimento de uma tensão instintiva, que, segundo Plastino, é um movimento das mãos e da boca em direção de algo, expressão da vitalidade do bebê. Este estado excitado se modifica para o estado tranquilo pela intervenção do/a cuidador/a, que em estado de *“preocupação materna primária”*, se dirige ao bebê em estado de devotamento em satisfazer as suas necessidades. A preocupação materna primária é *“excepcional e provisória, sendo assim característica da mãe durante curto período no final da gravidez e nos primeiros meses de vida do bebê”*, sendo possibilitada por uma *“extraordinária capacidade de identificação com o bebê a*

ponto de adiantar-se à manifestação de seus desejos e necessidades, que pode atender sem que o bebê precise manifestá-los” (PLASTINO, 2014, p. 52).

A diferenciação entre a mãe-objeto e a mãe-ambiente feita por Winnicott tem a finalidade de perceber os diferentes estados e tipos de relacionamento estabelecidos pelo bebê com o ambiente. Enquanto nos estados excitados o bebê ataca a mãe (o seio) vorazmente, que ainda é desconhecida como alteridade, nos estados tranquilos, o aconchego e a sustentação da mãe acolhem as necessidades emocionais do bebê. O estado de tranquilidade é o pano de fundo dos estados excitados, sendo caracterizado por um relacionamento com a mãe-ambiente. Sobre a importância desses dois estados para a integração, Plastino afirma que:

[...] tanto a experiência de acolhimento, vivenciada nos estados tranquilos, quanto à experiência da vitalidade instintiva, vivenciada nos estados excitados, sustentam a tendência natural do bebê à integração; esta é impulsionada “de dentro para fora” pelo movimento instintivo e favorecida “de fora para dentro” pelo ambiente que acolhe e nomeia. (PLASTINO, 2014, p. 59).

Nas primeiras experiências de amamentação, o bebê começa a ter a ilusão do seu poder de criar o seio materno. Esta ilusão é denominada de “*ilusão de onipotência*” e é conquistada após a “*primeira mamada teórica*” (PLASTINO, 2014, p. 53), que é descrita por Winnicott como o conjunto das primeiras mamadas vivenciadas pelo bebê. Nestas experiências, o bebê se sente em estado excitado, fantasia o seio e quando é atendido antecipadamente pela mãe - que não aguarda a sua manifestação, concretizando a sua fantasia na realidade -, o bebê acha que o seio é sua criação, uma vez que o fantasiou e o mesmo surgiu no exato momento de sua fantasia. Neste momento se forma a “legítima ilusão de onipotência” que assegura o desenvolvimento inicial da criatividade, fator imprescindível para uma vida com sentido.

A possibilidade de o bebê experimentar os seus instintos de forma espontânea no início de seu desenvolvimento e ser acolhido neste movimento por aquele que está exercendo a função materna é condição para o estabelecimento de uma relação com o *outro* pautada pela espontaneidade, autoconfiança e criatividade. Caso esses instintos sejam inibidos ou desprezados, a expressão do bebê se norteará por essa ação de inibição ou desprezo inicial, sendo a relação com o *outro* manifestada por essa limitação, o que pode gerar várias

consequências e extremo sofrimento psíquico (PLASTINO, 2014, p. 54). Em um momento em que a forma de ser do bebê prioriza a fantasia e a ilusão, a realidade objetiva não deve ser colocada, ou, em outras palavras, a relação com o *outro* deve ser estabelecida de forma gradual, tendo como base o fortalecimento do sentimento de si pelo bebê propiciado pela experiência de ilusão antes de introduzir o *outro* em seu “mundo”. Um ambiente que surge enquanto *outro* de forma precipitada e intrusiva, inibidora da espontaneidade instintual do bebê, traz consequências à constituição subjetiva, criando, pelo bebê, por vezes, uma defesa psíquica que busca preservar o sentimento de si.

O comportamento ambiental durante esta fase primitiva do desenvolvimento emocional terá a capacidade de influenciar uma constituição subjetiva saudável ou não, dependendo do momento e da forma como se comporta. Por exemplo, na fase de dependência absoluta, primeira fase do desenvolvimento emocional primitivo, que será melhor explicada no próximo tópico, o ambiente deverá se pautar pelo estado de preocupação materna primária, o que significa, se comportar de forma a se adequar completamente às necessidades do bebê, atendendo-as e se antecipando, na medida do possível, à manifestação do bebê, de forma a criar a experiência de ilusão de onipotência. Já na fase da dependência relativa, fase posterior à absoluta, o ambiente para ser suficientemente bom deve começar a falhar paulatinamente, de forma a propiciar a desilusão do bebê de sua onipotência, pela introdução do *outro* em seu mundo. É o que Winnicott chama de objeto transicional, que será explicitado de forma mais detida no item 2.4. e que terá a função de fazer a transicionalidade entre o mundo subjetivo do bebê e o mundo objetivo dos objetos ou do *outro*.

A subjetividade winnicottiana pode ser pensada como produto de um processo de transicionalidade subjetiva-objetiva, ou seja, de um processo de constituição e expressão do sujeito a partir de experiências de ilusão e desilusão de onipotência em sua relação com o ambiente e de progressivo reconhecimento do *outro* enquanto não-eu. O *outro* só surge para Winnicott a partir da capacidade de concernimento construída pelo ciclo benigno entre aquela ou aquele que exerce a função materna de cuidado, ao aceitar a reparação do bebê, e o bebê, ao se dirigir à reparação do ato imaginariamente danoso, conceito que veremos com

mais detalhes no item 2.5.

2.3.

A teoria do desenvolvimento emocional primitivo

As descobertas freudianas da possibilidade de comunicação e apreensão inconsciente serviram de base para a teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott e para o delineamento da comunicação entre mãe e bebê, pano de fundo da constituição da subjetividade (PLASTINO, 2014, p. 24). É através desta forma de comunicação que o bebê apreende o ambiente como acolhedor, invasivo ou até mesmo apático diante das suas necessidades tanto fisiológicas como de presença afetiva e terna. A comunicação “*entre inconscientes*” com a sua matriz não verbal de cuidado, troca afetiva, reconhecimento e espelhamento será a base de uma constituição emocional saudável. Nesse sentido, “*é sua apreensão do comportamento do ambiente que o leva a se desenvolver a partir de seu “cerne” ou de sua “casca”*” (PLASTINO, 2014, p. 25). Isso significa dizer que se o ambiente for intrusivo, o bebê terá que renunciar à manifestação de sua espontaneidade, garantida pelo ilusão de onipotência e provavelmente se constituirá pela “casca”, pela precocidade do estabelecimento de uma relação com a realidade externa. Essa qualidade de relação estabelecida com o ambiente é interpretada pelo bebê como “boa” ou “má” de acordo com o conteúdo de seu mundo interno, ou seja, com o momento de seu desenvolvimento emocional (PLASTINO, 2014, p. 49). Caso sua singularidade esteja sendo acolhida e o processo de integração sendo feito de forma a se formar uma pessoa “total”, formada desde seu “cerne”, a relação será “boa”, enquanto será “má”, caso haja um impedimento de manifestar o seu verdadeiro self ainda em processo de constituição.

O sentimento de continuidade de ser, segundo Plastino, é frágil no início da vida, podendo ser quebrado toda a vez que o bebê precisa reagir às solicitações feitas pelo ambiente. A preocupação materna primária é um estado inicial em que a mãe se coloca à disposição do bebê, se adaptando completamente ao atendimento de suas necessidades (PLASTINO, 2014, p. 49). Esta adaptação absoluta da mãe no início da vida do bebê evita eventuais feridas psíquicas,

garantindo, portanto, sua saúde emocional. Caso esta adaptação não se dê ou se estabeleça de forma precária, sendo denominada por Winnicott de “falha ambiental”, é possível que provoque sofrimento psíquico no bebê. O objetivo de uma constituição saudável é se tornar uma “pessoa total” e reconhecer o *outro* como uma “pessoa total”, ou seja, o reconhecimento de que se é exterior ao *outro* ao mesmo tempo em que há um interior neste mesmo *outro*. Veremos esse ponto com maior profundidade quando tratarmos da capacidade de concernimento, que é justamente o estágio emocional no qual há o estabelecimento de relações harmônicas e empáticas com o *outro*. O que interessa aqui é que a parte primitiva do desenvolvimento emocional, mais especificamente a qualidade da relação estabelecida com o ambiente, aumentará as possibilidades de se construir uma subjetividade concernida com o *outro*.

A teoria do desenvolvimento emocional primitivo passa inicialmente pela constituição do narcisismo do indivíduo, através da experiência de onipotência do bebê e dos processos de integração, personalização e realização e em um segundo momento, pela descoberta e aceitação da alteridade, por meio da conquista do sentimento de culpa e do desejo de reparação e pela emergência de um sentimento ético espontâneo (PLASTINO, 2014, p. 37).

A primeira fase do desenvolvimento emocional primitivo, denominada de dependência absoluta, é a fase em que o bebê depende completamente do ambiente e sente onipotência pela criação, através de fantasias, de tudo que surge do ambiente, caso haja, é claro, uma adaptação absoluta deste ambiente ao bebê. A necessidade fisiológica de fome poderá fazer surgir o seio de sua mãe no exato momento em que o fantasia a fim de satisfazer esta necessidade. Como dito anteriormente, esta experiência é chamada por Winnicott de “*experiência de ilusão*” em que o bebê considera que o seio surgido é fruto de sua criação e a condição para que isto ocorra é aquilo que Winnicott chama de “*preocupação materna primária*”. Este estado é provisório, se limitando aos primeiros meses de vida do bebê, caso contrário, seria doentia (PLASTINO, 2014, p. 57). A relação inicial com um ambiente confiável permitirá ao bebê desfrutar de sua espontaneidade e criatividade, de um sentir-se si mesmo, que irá influenciar o desenvolvimento posterior de tendências naturais à empatia, ao concernimento ao

outro, que poderão ser bem sucedidas ou frustradas.

Na segunda fase de desenvolvimento, chamada de dependência relativa, há “a perda gradual da capacidade materna de adaptação total às necessidades emocionais do bebê” concomitantemente ao “aumento da capacidade do bebê de lidar com essa mudança” (PLASTINO, 2014, p. 57). As graduais falhas do ambiente são consideradas boas para o desenvolvimento do bebê, uma vez que este precisa começar a se desiludir de sua onipotência a fim de se constituir subjetivamente, assim como começar a considerar a existência do *outro*-ambiente. Segundo Plastino, “uma mãe que continua a oferecer adaptação perfeita após o período em que ela é necessária e benéfica torna-se uma mãe que prejudica o desenvolvimento emocional de seu bebê” (PLASTINO, 2014, p. 57).

Estas fases do desenvolvimento emocional demandam cuidados ambientais diferentes e segundo Winnicott, devem ser seguidas temporalmente, privilegiando a experiência de ilusão em um primeiro momento, tendo em vista que constitui “uma condição fundamental para que o bebê possa, posteriormente, aceitar a externalidade do mundo sem sofrer prejuízo emocional e sem perder a espontaneidade” (PLASTINO, 2014, p. 58). Ao fazer a diferenciação entre mente e psiquismo, considerando que a primeira é responsável pelo pensamento lógico e apenas uma parte do segundo, Winnicott afirma que a mente surge no bebê como uma forma de perdoar a atitude intrusiva da mãe ou do ambiente, uma vez que faz estabelecer um relacionamento precoce com o mundo externo, para o qual o bebê ainda não está suficientemente preparado. A ponto de se mobilizar pela angústia de ter de compreender um processo diferente da sua natureza criativa, começa a desenvolver precocemente a mente e o pensamento lógico²⁰, ou seja, aprende a pensar por necessidade de entender o que está acontecendo²¹.

Winnicott fala de dois processos pelos quais o ser humano precisa passar para ter uma “*personalização satisfatória*” ou para se transformar em uma “*pessoa total*”, quais sejam, a integração ou o reconhecimento de si mesmo como

²⁰ Plastino dá o exemplo de John Forbes Nash, que ganhou o prêmio Nobel de economia em 1994 e foi retratado no filme “Uma mente brilhante”, que convive ao mesmo tempo com uma mente genial e um psiquismo cindido (Plastino, 2014, p. 58).

²¹ Quando a mãe ou o ambiente se objetiva antes do psiquismo se integrar, o bebê pode tornar-se psicótico.

um “eu” e do *outro* como um “não-eu” e a personalização ou sentimento de que o psiquismo está alocado em seu corpo (PLASTINO, 2014, p. 60). Ambos os processos visam estabelecer um sentimento de eu e uma relação com a realidade externa. O primeiro processo, o de integração psíquica, caso seja realizado pela submissão à realidade por uma relação com um ambiente intrusivo, por exemplo, terá como possível consequência um afastamento do mundo externo de modo a preservar o seu self verdadeiro. Isto significa que será criada uma defesa psíquica a fim de evitar que a precocidade da relação com o ambiente prejudique o self em formação. As relações com o *outro* também serão atingidas, uma vez que a leitura do contexto social será de impossibilidade de manifestação autêntica e espontânea. Nas palavras de Plastino, “*a passividade que preside então o processo de integração está na base de sérias dificuldades no estabelecimento de relacionamentos externos*” (PLASTINO, 2014, p. 56). Haverá uma atitude de se esconder em uma “vida privada” pelo não compartilhamento de sua criatividade, expressão de seu verdadeiro self e uma postura de extrema adaptação às expectativas externas. Segundo Winnicott, deve-se respeitar o movimento espontâneo da vida, o que inclui respeitar a precedência da ilusão sobre a desilusão e da apercepção sobre a percepção (PLASTINO, 2014, p. 61).

2.4.

A transicionalidade eu-outro

O processo de desenvolvimento emocional primitivo, como foi dito anteriormente, possui duas fases principais: a dependência absoluta e a dependência relativa. Esta segunda fase, a qual vamos nos deter neste momento, é inaugurada pela emergência de um “eu”, que nasce a partir de uma diferenciação com o não-eu, ou seja, o ambiente ou a mãe, tida aqui como a primeira representação não-eu do bebê. Neste caminho de constituição narcísica, o bebê passa pelos estágios de integração e personalização até a perda do sentimento de onipotência pelas graduais “falhas” ambientais que o diferencia de sua mãe ou entorno. Nas palavras de Plastino,

Através desse processo o bebê é levado a aceitar – num ambiente que não é nem ameaçador nem retaliativo – a transformação da mãe: de criação sua, passível de manipulação – objeto subjetivo –, em objeto objetivo, autônoma, e por conseguinte, não manipulável. (PLASTINO, 2014, p. 44).

É a entrada no mundo simbólico que é inaugurada pela transicionalidade entre objeto subjetivo e objeto objetivo através do que Winnicott denomina de objeto transicional, “*símbolo através do qual o bebê elabora o trânsito da mãe de objeto manipulável a objeto autônomo*” (PLASTINO, 2014, p. 44). O objeto transicional é, portanto, uma criação do bebê para tolerar a percepção de que a mãe está se tornando objetiva. Esta passagem da subjetividade à objetividade, caso seja bem feita, influenciará positivamente a relação do sujeito com o mundo e com os *outros*, de forma a aceitá-los e respeitá-los em suas diferenças.

2.5.

A capacidade de concernimento

Em seu livro “O ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional” (1983), Winnicott afirma que a origem da capacidade de se preocupar²² é um problema complexo e importante de ser investigado, uma vez que é relevante e útil para a regulação da vida social. Define concernimento como a capacidade de se importar ou valorizar, de sentir e aceitar responsabilidade (WINNICOTT, 1983, p. 70). Percebe-se que este conceito está intrinsecamente ligado à existência de um *outro*-objeto e as duas dimensões desse fenômeno, o concernimento, do lado positivo, e a culpa, do lado negativo, são gradações de atitudes com o *outro*-objeto.

O desenvolvimento emocional primitivo é composto por fases de integração e personalização do bebê, que vão permitir a visualização de si mesmo e do *outro* como “pessoas totais”, utilizando o vocabulário de Plastino. A visualização da mãe como *outro* ultrapassa a cisão inicial percebida da mãe-objeto, objeto do ataque instintivo e da mãe-ambiente, objeto fornecedor de acolhimento e aconchego. Quando a visão do bebê de si mesmo ainda é cindida, impede que este reconheça a autoria dos seus próprios atos realizados no estado excitado, uma vez que não se vê como um sujeito e nem o *outro* como uma pessoa total (PLASTINO, 2014, p. 59). O bebê ainda está em um estado de

²² A tradução da palavra *concern* em inglês foi “preocupação”, uma vez que o equivalente a esta palavra não existe na língua portuguesa. Porém, alguns comentadores de Winnicott utilizam o neologismo “concernimento” para se aproximar do sentido atribuído por Winnicott e evitar a carga semântica negativa que a palavra “preocupação” usualmente recebe em sua utilização pelo senso comum. Aqui utilizaremos a palavra “concernimento” para se referir à *concern*.

indiferenciação ou de início de diferenciação do ambiente que ainda não foi estabilizado de forma a se visualizar como um “eu”. É esta dupla cisão – como se existisse um bebê no estado tranquilo e outro no estado excitado –, que sustenta o sentimento de não concernimento e impede o surgimento do sentimento de culpa.

É com a estabilização dos processos de integração e personalização que há a transformação do “amor impiedoso” pelo sentimento de concernimento. Este processo de unificação tanto da mãe no psiquismo do bebê, como do próprio bebê enquanto sujeito, é importante para o surgimento de uma subjetividade concernida com o *outro*, que o reconhece e o visualiza como um ser inteiro. Sobre esse processo de surgimento do “eu” e da alteridade, Winnicott traduz em palavras o que o bebê diria à mãe ou ao ambiente: “você se diferenciou, eu te destruí, você sobreviveu, eu te amo” (PLASTINO, 2014, pp. 68-69).

A posição depressiva é caracterizada pela emergência do sentimento de culpa no bebê e tem início após a estabilização do processo de integração (PLASTINO, 2014, p. 66). O sentimento de “eu” propiciado por uma integração saudável permite fazer a diferenciação de um dentro e de um fora e da existência de um “não-eu” que cuida dele, conquistando, desta forma, o sentimento de alteridade. O nascimento psíquico ou o surgimento do bebê enquanto sujeito ocorre quando a mãe ou aquele que cuida do bebê se torna “objeto objetivo” ou objeto não criado ou manipulável por ele. O que significa dizer que neste momento o bebê se conscientiza da autoria de seus atos, sente culpa e se responsabiliza pelos mesmos buscando a reparação. Segundo Plastino, *“as sucessivas reações do bebê a esta limitação de sua onipotência provocam, quando existe um ambiente suficientemente bom, a “conquista” do sentimento de culpa e, posteriormente, do desejo de reparação”* (PLASTINO, 2014, p. 66). A existência de um *outro* que o limita em sua onipotência levará o bebê a olhar este *outro* e dependendo do comportamento manifestado, caso seja considerado acolhedor e sustentador da agressividade do bebê, poderá ou não emergir o sentimento de culpa e posteriormente a capacidade de concernimento. Como disse Winnicott, é um processo complexo que pode ser estudado de várias perspectivas, sendo esta uma perspectiva que privilegia o comportamento ambiental, trazendo-o à cena.

A posição depressiva precisa de um tempo de maturação através de repetições no tempo para o bebê alcançar o discernimento de suas intenções e discriminar os fatos de suas fantasias. Segundo Plastino, isto permitirá ao bebê elaborar dois aspectos: (i) a percepção de identidade existente entre as duas funções separadas: a que pertence à mãe-ambiente e àquela relacionada à mãe-objeto, alvo da excitação instintiva e (ii) a discriminação progressiva de que existem elaborações imaginárias que diferem dos fatos propriamente ditos. Com relação ao ponto (i), a visualização unificada da mãe-ambiente e da mãe-objeto permitirá ao bebê se integrar como uma “pessoa total”, porém, este processo é demorado e esta percepção é alcançada e perdida algumas vezes até se alcançar a estabilidade da integração (PLASTINO, 2014, p. 67)

A atitude acolhedora e não retaliativa da mãe ou do ambiente é imprescindível no processo de conquista da capacidade de concernimento, uma vez que só através desta atitude, o bebê ao tentar atacar e destruir imaginariamente a mãe, fará com que esta “sobreviva”, surja e se consolide no psiquismo do bebê como um objeto unificado e objetivo. O bebê percebe que não consegue destruir a mãe pelos seus atos, passando a percebê-la como um *outro* ou como um objeto não mais manipulável. É necessário a presença de um ambiente suficientemente bom para que o bebê consiga elaborar os movimentos de agressão e reparação que dirige ao ambiente e realizar diferenciação e interrelação dos sentimentos de amor e ódio com relação à mãe, pois é a partir do contraste entre o seu ato agressivo e o acolhimento da mãe ou do ambiente que ele percebe seus atos como próprios e se diferencia.

Esta diferenciação torna possível o controle ou a capacidade de lidar com a ambivalência afetiva, uma vez que, segundo Winnicott, o bebê humano não seria capaz de suportar a culpa e o medo resultantes das ideias agressivas manifestadas por seu amor instintivo e dirigidas à mãe, da qual depende. Haveria, por parte do bebê, um desejo espontâneo de reparação. Este desejo de reparar o suposto dano causado à mãe decorre do sentimento de culpa ao percebê-la como “boa”. A fim de mitigar a culpa, o bebê inicia o movimento de reparação, formando um *círculo benigno*, expressão utilizada por Winnicott para denominar as fases sucessivas de agressão e reparação (PLASTINO, 2014, p. 70). Este ciclo, segundo Plastino,

“começa com a liberdade da vida instintiva, continua com o surgimento do sentimento de culpa e a emergência do movimento de reparação, culminando com o aumento da liberdade instintual, que é expressão da força vital” (PLASTINO, pp. 72-73).

O que aconteceria no caso de um ambiente não acolhedor e retaliativo? O desenvolvimento emocional, segundo Plastino, pode ser doentio e se constituir através de um ciclo vicioso. O não reconhecimento pelo ambiente do gesto de reparação do bebê pode ser simbolizado como um fracasso, *“impedindo a transformação do sentimento de culpa em concernimento”* (PLASTINO, 2014, p. 73), o que pode ter como consequência a inibição do instinto e a deterioração da força vital. Há casos extremos em que há uma regressão à dissociação entre os estados excitados e tranquilos e a perda da capacidade de brincar, o que pode futuramente manifestar-se pela perda da capacidade de trabalhar. Plastino elucida as possíveis consequências, como a perda da capacidade de sentir culpa e de amar com afeição, que podem advir da falta de sustentação do círculo benigno: *“A falha materna na sustentação do círculo benigno gera um processo doentio no qual a inibição os instintos desdobra-se no empobrecimento da personalidade, levando finalmente à perda da capacidade de sentir culpa”* (PLASTINO, 2014, p. 73). E ainda, acrescenta: *“O sujeito poderá ter prazeres sensuais instintivos, mas perderá a capacidade de amar com afeição”* (PLASTINO, 2014, p. 73).

O sentimento de culpa surge caso se perceba que a agressão está sendo dirigida a um *outro* considerado “bom”, ou seja, que cuida, que está presente, que responde e acolhe as demandas de reparação, que não agride, que não retalia, que não pune. A diferenciação entre objetos “bons” e “maus” está baseada nos sentimentos resultantes da elaboração imaginária que o sujeito faz de sua vida instintiva fundamentada no feedback ambiental aos seus impulsos vitais. O círculo benigno permite a livre expressão do amor instintivo e, como dito acima, em caso de não acolhimento deste pelo ambiente, haverá a inibição do mesmo pelo sujeito, uma vez que o considerará algo que não deve ser manifestado. Esta reação de inibição ao comportamento ambiental impede a emergência do sentimento de culpa e a possibilidade de sua transformação em concernimento. Por este motivo, para resgatar sua manifestação espontânea, o bebê precisa de um ambiente bom e

acolhedor para voltar a sentir e elaborar a culpa e agir para reparar o seu ato imaginariamente danoso. Dependendo da relação estabelecida com o ambiente, há casos em que a posição depressiva não emerge como expressão afetiva e há casos em que emerge, porém, não consegue ser elaborada. A ausência de elaboração da posição depressiva, ou do sentimento de culpa, pode levar, segundo Winnicott, a uma defesa maníaca, que transforma a depressão em vitalidade exagerada, negando todo o sofrimento (PLASTINO, 2014, p. 74).

Sobre o processo de desenvolvimento emocional primitivo, Winnicott afirma que este se completa com a emergência da capacidade de concernimento, o que pode acontecer em um momento muito posterior ao primeiro ano de vida ou simplesmente não acontecer, isto vai depender de como a relação inicial com o ambiente foi estabelecida. A capacidade de concernimento surge do fechamento bem sucedido do(s) ciclo(s) benigno(s) estabelecidos entre sujeito e ambiente ou entre subjetividade e social. Como foi dito acima, é preciso um intervalo temporal para que se realizem experiências de agressão e reparação e que se possibilite a conquista pelo bebê da capacidade de separar o que é sentido como bom e como mau no interior de seu próprio self. A explicação de Plastino sobre como funciona o mundo interno dos bebês pode ajudar a compreender a dinâmica desses sentimentos:

Nesse mundo, o mau é retido por algum tempo para ser utilizado em expressões de raiva. O que é bom também é retido, sendo utilizado para o crescimento pessoal e para a reparação onde imaginariamente havia sido feito o mal. (...) a capacidade do bebê de sentir algo como bom ou como mau não depende da qualificação feita por seus cuidadores. (...) o bebê não incorpora um significado social. Ele **vivencia um sentimento** (grifo do autor), e sua capacidade de fazê-lo deriva da conquista de sua integração narcísica e do reconhecimento da alteridade. (PLASTINO, 2014, p. 71).

A vivência de sentimentos de bom e mau pelo bebê o capacita sentir culpa por causa dos atos agressivos, seja como manifestação primitiva de seu amor, seja pela frustração pela diferenciação materna, disferidos em direção ao ambiente representado pela mãe ou por aquele que cuida do bebê. Como foi dito por Plastino, o “bom” e o “mau” são sentidos pelo bebê na sua vivência interrelacional com o ambiente, não são atribuídos externamente por cuidadores, por exemplo. O ponto chave da emergência do concernimento está justamente na atitude do ambiente materno em acolher os gestos de reparação pelos ataques

imaginados, expressões da força erótica. O acolhimento desta força pelo ambiente permitirá *“que ele aceite a própria ambivalência e lide com ela sem que o sentimento de culpa domine o cenário da vida e da vida social”* (PLASTINO, 2014, p. 71). A possibilidade da reparação agrega o elemento social em seu comportamento, a empatia com o *outro* e permite que o bebê experiencie a força de sua manifestação erótica e agressiva com maior aceitação e liberdade. Além disso, consegue conviver com a ambivalência afetiva que sente em seus relacionamentos alteritários, o que possibilita o estabelecimento de laços afetivos marcados pelo concernimento.

As agressões imaginadas são os movimentos primitivos de ligação com o *outro* que devem ser lapidados pelo ciclo benigno de forma que propiciem o laço social pelo concernimento. O que surge é uma ética pautada na empatia e não uma moralidade transmitida pela sociedade (PLASTINO, 2014, p. 71). O sentimento ético, ou como Plastino denomina, o “valor” surge a partir do sentimento de culpa que seria o responsável por inserir na vida interior do bebê a diferenciação entre o “bom” e o “mau” (PLASTINO, 2014, p. 67). Desta forma, a ética não seria imposta, ao contrário, seria sentida pelo bebê após o contato com um ambiente suficientemente bom.

Winnicott afirma a intersubjetividade, ou seja, a emergência da subjetividade a partir do *outro*, *“num momento em que há hegemonia do acolhimento amoroso, tanto no momento inicial de construção do narcisismo do sujeito quanto no posterior, de limitação desse narcisismo”* (PLASTINO, 2014, p. 69). O laço social, portanto, tem relação direta com a posição depressiva, desde que esta possibilita a emergência da singularidade do sujeito e de seu reconhecimento da alteridade. Segundo Plastino, *“a criança que alcançou a posição depressiva pode continuar seu desenvolvimento emocional rumo aos relacionamentos interpessoais triangulares no contexto do complexo de Édipo”* (PLASTINO, 2014, p. 77).

2.6.

A agressividade como laço social

Se a sociedade encontra-se em

perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas em consequência da repressão da agressividade pessoal nos indivíduos.

D.W. Winnicott

A relação interdependente entre subjetividade e social corresponde à influência recíproca de cada um desses elementos. A subjetividade, dependendo da forma como será construída em sua relação com o ambiente, delineará um tipo de relacionamento com o social, ao mesmo tempo em que o social, sendo concebido aqui como as relações sociais e instituições, dependerá de como se atua a subjetividade, construindo-a através de suas práticas sociais. No início deste capítulo introduzimos o conceito de subjetividade para Winnicott e sua diferente construção com relação à concepção de sujeito freudiana. De acordo com esta última, a vida social está ameaçada pela maldade original do homem, portador da pulsão de morte ou de destruição. Já Winnicott admite a existência de manifestações agressivas e, muitas vezes, destrutivas, porém, imputa essa forma de “estar social” à repressão da espontaneidade e da criatividade humanas, ou seja, ao ambiente, que para este autor, precisa ser implicado na constituição de subjetividades, sejam estas concernidas, acolhedoras e empáticas, sejam destrutivas, agressivas e violentas. Winnicott, segundo Plastino, se recusa a interpretar a agressão e o ódio baseado em uma teoria com pressupostos essencialistas e deterministas, tal como fez Freud quando atribuiu uma natureza destrutiva ao ser humano, através do conceito de pulsão de morte (PLASTINO, 2014, pp. 78-79).

A crença de que a repressão é a condição para se viver em sociedade está baseada em uma concepção de subjetividade que há tempos permeia o imaginário social desde Hobbes, de que “o homem é o lobo do homem”. De acordo com Plastino, esta compreensão permitiu a construção do conceito de superego que é considerado uma conquista e vitória da sociedade sobre o ser humano e seus impulsos destrutivos, uma vez que seria um dispositivo limitador da destrutividade humana (PLASTINO, 2014, p. 79), e, ainda, de instituições muitas vezes pautadas por esta postura e orientação institucional de reprimir o que desvia das normas sociais. Winnicott admite a ambivalência afetiva, o amor e o ódio expressados pelas ações humanas, porém, afirma que a mesma não é originária;

há, no início, o amor primitivo, expressão de força vital que é manifestada pela agressividade e motilidade durante este período de não concernimento, não há, portanto, ódio, sentimento considerado muito complexo para se originar nesta fase, ocorrendo a sua manifestação no estágio do concernimento (PLASTINO, 2014, p. 80).

A motilidade é a primeira manifestação da força vital, sendo considerada a força mais elementar da agressividade. Segundo Plastino, “*em algum momento de integração do bebê saudável, a agressividade se associa a seu comportamento emocional*”, sendo uma de suas fontes a experiência instintiva de ligação com o *outro*, que, no início, ainda não é reconhecido como tal (PLASTINO, 2014, p. 82). A experiência de querer “devorar” o seio materno é uma de suas expressões de destrutividade presente nas primeiras manifestações do bebê, que ainda não estão permeadas com o sentimento de ódio, mas da forma impiedosa do amor primitivo, que não apresenta (ainda) a intenção de destruir. A motilidade pode estar fusionada com o impulso ao laço social ou ao erotismo ou não. No primeiro caso, o bebê executa gestos espontâneos que são gratificados instintivamente. No segundo caso, para o bebê sentir prazer, a motilidade não fusionada precisa encontrar oposição, precisa de algo “para empurrar”²³ como afirma Winnicott (PLASTINO, 2014, p. 86).

Há casos em que a impossibilidade de o bebê trazer algo de si na relação com o ambiente, impedido por constantes intrusões ambientais, tem como consequência a submissão deste a este padrão, tornando-se, portanto, dependente da intrusão ambiental para se sentir existente. Nestes casos, não há oposição ambiental, pois não há uma ação do bebê voltada ao ambiente, mas, ao contrário, uma ação do ambiente em direção ao bebê, invadindo a sua continuidade de ser. A sensação de sentir-se real será afetada, de forma que a motilidade se tornará a principal via desta sensação, o que impactará as experiências de ligação com o *outro* com escassa participação da força motora, que passarão a ser evitadas, uma vez que não proporcionam o senso de existência (PLASTINO, 2014, p. 87).

Por este motivo, Winnicott afirma que “*se a agressividade for perdida no*

²³ Plastino dá o exemplo da brincadeira da mãe que usa as mãos como contenção do movimento motor dos pés do bebê.

estágio inicial da vida emocional, o bebê perderá uma parte importante de sua capacidade de amar, isto é, de relacionar-se com os objetos” (PLASTINO, 2014, p. 87), pois em sua ligação erótica não terá a possibilidade de assumir uma autenticidade, passando a existir de forma passiva como réplica e adequação ao ambiente. O bebê perderá a sua espontaneidade de trazer algo de si para o *outro* e a oportunidade de se relacionar desde um lugar criativo, limitando e privilegiando as suas atuações sociais à força motora, uma vez que é a forma como se sente existente. Nesta situação, o sujeito se constitui perdendo algo de si, pois, o ambiente, ao invés de dar respostas às manifestações do bebê, agirá de forma a impor as suas necessidades, impedindo que o próprio bebê se conheça e se constitua pela sua singularidade.

A posição depressiva modifica a significação da motilidade e introduz o bebê no mundo dos objetos, onde a figura materna torna-se objeto objetivo – e não meramente criação do bebê, objeto subjetivo – e possibilita o desenvolvimento da capacidade de concernimento. De acordo com Plastino, a agressividade pode seguir caminhos diferentes: (i) na doença, sustentando “*um sentimento de culpa com todas suas possíveis consequências, incluindo a depressão doentia*” e (ii) na saúde, incorporando-se “*à dinâmica impulsionada pelo desejo pessoal de dar e reparar, dinâmica na qual uma parte da agressividade passa a sustentar funções sociais*” (PLASTINO, 2014, pp. 87-88). Neste primeiro caso, os gestos de reparação do bebê não acolhidos pelo ambiente podem se transformar em agressão, desviando o foco da agressividade que estava voltada ao concernimento e ligação com o *outro*.

A tendência do desenvolvimento emocional é justamente fazer a ligação entre o erotismo e a agressividade, servindo esta última para estabelecer uma conexão concernida com o *outro*. Como dito acima, mais especificamente sobre o papel do sentimento de culpa e sua relação com a agressividade, esta tendência poderá ser atualizada em dois sentidos, em um padrão saudável e em um padrão doentio:

Na saúde, a atualização desta tendência faz com que o amor ganhe senso de realidade e que a agressão seja adoçada. Na doença, a cisão em relação à agressividade torna a experiência do amor desinteressante, ao mesmo tempo em que o ódio recupera seu caráter explosivo. (PLASTINO, 2014, p. 88)

A cisão entre a agressividade e o amor (ou a tendência de fazer laço social, de se conectar socialmente), promovida por um ambiente não favorável, traz o ódio à cena psíquica como sentimento central da relação estabelecida com o *outro*. O sujeito não consegue trazer algo de si na relação com o ambiente e como consequência disso, submete a sua agressividade, principal manifestação de sua singularidade, às demandas ambientais, o que provoca um teor explosivo ao ódio e um esvaziamento da experiência amorosa com o *outro*.

Após a integração e personalização do eu e a chegada ao mundo dos objetos - dos não-eus ou dos *outros* -, “o bebê vivenciará inevitavelmente a experiência de frustração, que pode provocar a transformação da agressividade em agressão, fazendo com que o sentimento de ódio passe a fazer parte da experiência do sujeito” (PLASTINO, 2014, p. 82). A ambivalência afetiva pautará o sujeito em suas relações objetais, devendo a mesma ser administrada durante toda a vida. Plastino afirma que no estágio de concernimento, em que a criança já sabe fazer a distinção entre um dentro e um fora, esta se preocupará não só com o *outro*, alvo de seu amor excitado, como também com os efeitos dentro de seu próprio eu (PLASTINO, 2014, p. 88). Terá confiança em si mesma e no mundo quando seus impulsos forem satisfeitos, mas ao mesmo tempo, perceberá que existem coisas ruins dentro de si e se tornará receosa de que estas ataquem as coisas boas que sustentam a sua confiança na vida. Sobre esses desafios, afirma Plastino: tudo isto lhe impõe uma tarefa que deverá desenvolver durante toda a sua vida: “*administrar seu mundo interno lidando sadiamente com sua ambivalência emocional*”. E ainda, que “*a administração de seu mundo externo, será dependente de sua administração de seu mundo interno*” (PLASTINO, 2014, p. 89). A passagem abaixo comenta o desafio da administração do mundo interno e externo e uma das fontes do comportamento agressivo:

A administração do mundo interno constitui, para a criança, uma tarefa complexa. **Na saúde, ela se interessa tanto pelo mundo interno quanto pelo externo** (grifo nosso), sendo os sonhos e as brincadeiras pontes entre ambos. **Na doença, a criança pode cindir seus conteúdos, projetando para o mundo externo o que é ruim e concentrando no seu interior o que é sentido como bom** (grifo nosso). A introversão caracteriza assim um mecanismo de defesa que lhe permite viver em seu mundo interno, afastar-se do que é sentido como ruim. Torna-se patologicamente introvertida. (PLASTINO, 2014, p. 89)

A introversão patológica permite o relacionamento com o mundo externo,

porém, se seus objetos são ruins e persecutórios, a forma de comportamento escolhido e apresentado por esta subjetividade é, muitas vezes, agressivo, uma vez que precisa se defender e preservar o que restou de bom em sua personalidade. Sobre a importância do ambiente compreender as defesas apresentadas pela criança em introversão patológica, Plastino afirma que *“esse comportamento é defensivo e, se mal compreendido pelo ambiente, pode provocar o recurso de retomar o mecanismo defensivo da introversão”* (PLASTINO, 2014, p. 89).

A presença de um ambiente favorecedor auxilia o sujeito a administrar a ambivalência afetiva, capacitando-o a se inserir socialmente, contribuindo com os outros e desenvolvendo a capacidade de empatia. A estabilidade ambiental saudável propiciará ao bebê em seus estados tranquilos elaborar suas experiências e perceber a emergência do não-eu, que não será mais destruído imaginativamente, mas pelo contrário, será aceito e internalizado pela emergência do sentimento de culpa e do desejo de reparação. Nas palavras de Plastino, *“quanto mais favorecedor for o ambiente nesse momento, quanto mais equilibrado e constante for o acolhimento amoroso, melhores condições terá o bebê para atravessar esse momento crucial de sua constituição subjetiva”* (PLASTINO, 2014, p. 84), pois caso o ambiente não seja favorável e hajam falhas ambientais, a probabilidade de serem criados mecanismos de defesa doentios aumenta.²⁴

Sobre a constituição psíquica e subjetiva a partir da singularidade ou do “verdadeiro self”, Plastino afirma que o comportamento não intrusivo do ambiente permite que o bebê descubra e redescubra o ambiente a partir da motilidade, ou seja, de uma experiência de si próprio. Esses movimentos espontâneos de relacionamento com o ambiente permitirão que se forme a partir de seu núcleo em um processo de desenvolvimento emocional autêntico, que, se opõe ao desenvolvimento pela “casca”, decorrente da necessidade de reação ou

²⁴ Alguns mecanismos de defesa elencados por Plastino: “Crianças que presenciam brigas frequentes de seus pais podem introjetar cenas do casal parental brigando, passando a despende uma enorme quantidade de energia na tentativa de controlar o relacionamento ruim internalizado”; “Nos momentos em que a cena internalizada se torna dominante, comporta-se de maneira agressiva e desagradável”; “Pode também provocar brigas em seu entorno na tentativa de projetar o mal que sente em seu mundo interno”; “Pode sofrer acidentes frequentes ou se machucar, atacando-se na tentativa de destruir o que sente como ruim no seu interior.” (PLASTINO, 2014, p. 90)

resposta por parte do bebê a um ambiente intrusivo (PLASTINO, 2014, p. 84). O bebê, neste último caso, responde ao que lhe é imposto de fora e perde temporariamente sua identidade em formação e o sentimento de continuidade do ser, criando uma sensação extrema de insegurança. Desde que se constitui como extensão do ambiente intrusivo, o bebê perde um espaço de tranquilidade com o qual poderá ter uma experiência de uma existência individual.

As diferentes concepções da agressividade no pensamento de Freud e Winnicott trazem consequências sociais e institucionais diversas, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Para Freud a manifestação agressiva surge da frustração que a relação com a realidade objetiva impõe ao sujeito, gerando nele a raiva e o desejo de agredir. Para esta perspectiva, “*a externalidade é responsável pelo aparecimento da emoção*” (PLASTINO, 2014, p. 91). Por outro lado, em Winnicott, a compreensão da origem da agressividade está na passagem do objeto subjetivo, objeto criado, ao objeto objetivo, objeto não manipulável, pertencente à realidade externa. O bebê passa a destruir imaginariamente o objeto subjetivo e a sobrevivência deste objeto faz com que o bebê aceite a objetividade do mesmo e, conseqüentemente, a realidade objetiva, a alteridade e a externalidade (PLASTINO, 2014, p. 91). É a destruição do objeto subjetivo que torna-o objetivo e que faz surgir um não-eu, desde que haja um ambiente favorecedor.

2.7.

A relação com o *outro* e o laço social: acolhimento e espontaneidade

A visão de Freud de que a natureza (ou as pulsões) deve ser controlada ou domesticada pela instância repressora do superego se contrapõe à visão de natureza de Winnicott, que segundo Plastino, não é explicitada ou desenvolvida em sua obra, porém, pode ser assim concebida pela interpretação de sua teoria do desenvolvimento emocional primitivo, em que se defende uma função materna suficientemente boa (PLASTINO, 2014, p. 47). Como mencionado no início deste capítulo, esta função seria responsável por estabelecer uma relação de harmonia do bebê com o ambiente, um desenvolvimento emocional primitivo saudável, o

emergir um sentimento ético pelo concernimento e a construção de laço social espontâneo, ou seja, independentemente de imposição, retaliação ou dominação.

A partir desta função, Winnicott apresenta uma concepção não determinística da natureza, afirmando a historicidade e o caráter contingencial e incerto do resultado da interação do ser humano com o ambiente (PLASTINO, 2014, p. 35). As pulsões devem, desta forma, serem acolhidas e atualizadas por uma relação saudável com o ambiente, de forma a criarem um solo frutífero para a emergência do verdadeiro self, cujas tendências são a criatividade e espontaneidade. Com relação à historicidade do processo de desenvolvimento, Plastino afirma:

Winnicott é assumida e explicitamente desenvolvimentista, mas sua compreensão de desenvolvimento emocional se afasta do determinismo e enfatiza a ligação indissociável desse desenvolvimento emocional com a história e a contingência da participação do ambiente. (PLASTINO, 2014, p. 37)

O compromisso de Freud com as premissas de sua época já antecipava as limitações de sua teoria com relação à concepção do ser humano, como foi o caso das teorias da pulsão²⁵ que considerava inicialmente a pulsão como principal propulsora dos desejos (que eram concebidos essencialmente como sexuais) e do narcisismo primário²⁶ como primeira manifestação do bebê após o nascimento. O bebê, a partir desta perspectiva, é concebido como um indivíduo que, ao nascer, manifesta unicamente desejo de autoconservação, cuja pulsão está voltada para a satisfação de suas necessidades egoicas. Na teoria freudiana não há menção à dimensão afetiva do bebê e de sua relação com o *outro* como algo de uma ordem independente e além do sexual.²⁷

O conceito de identificação primária pode ter se deslocado desta compreensão unicamente sexual da relação com o *outro*. Este conceito foi imprescindível para a compreensão da constituição da subjetividade na teoria freudiana, pois afirma um tipo de comunicação com o *outro* em que a afetividade tem papel central, uma vez que se estabelece sem mediação de representações e “antes mesmo do estabelecimento de qualquer relação de objeto” (PLASTINO, 2014, p. 19). A identificação primária, como vimos no primeiro capítulo,

²⁵ FREUD, S. “As pulsões e seus destinos” (1910).

²⁶ FREUD, S. “Introdução ao narcisismo” (1914).

²⁷ Para aprofundar esta temática, ver LEJARRAGA (2002).

pressupõe uma apreensão do *outro* unicamente pela via afetiva, ou trazendo este conceito para a teoria winnicottiana, pode ser considerado uma referência à fase da dependência absoluta, em que há uma simbiose entre ambiente e a subjetividade do bebê que evidencia a sua interrelação fusional, onde o ambiente ainda não foi constituído como objeto e a diferenciação entre eu e não eu ainda não foi realizada psiquicamente.

A contradição do conceito de identificação primária com o de narcisismo primário é levantada por Plastino, esclarecendo que Freud afirma em “Introdução ao narcisismo” (1914) que o investimento da libido no próprio corpo precede o investimento libidinal no objeto, ao mesmo tempo que afirma, em “Três ensaios de teoria sexual”(1905), que “*quem encontra um objeto na verdade o reencontra*”, significando um investimento inicial no objeto (PLASTINO, 2014, p. 20). Uma das divergências entre esses dois pensadores clínicos e psicanalistas, foi com relação à gênese do narcisismo, tendo Freud o concebido como parte da dinâmica pulsional e Winnicott, como resultado do processo de desenvolvimento emocional, com a constituição e integração do ser em uma unidade²⁸. O conceito de narcisismo primário se sustenta em dois pontos: (i) no conceito de indivíduo construído pelo imaginário moderno e (ii) por abordar a relação com o *outro* desde uma perspectiva pulsional, trazendo as diversas consequências desta visão para a relação indivíduo-sociedade, que passa a ser narcisista, utilitarista, voltada à satisfação individual, e necessariamente conflituosa, como veremos mais pormenorizadamente no terceiro capítulo.

A relação com o *outro*, portanto, era concebida de formas diferentes para os autores, sendo para Winnicott “*a imprescindível participação do outro neste processo não era como “objeto da pulsão” mas como “objeto de acolhimento e identificação”*” (PLASTINO, 2014, pp. 20-21). Segundo Plastino, Winnicott conservou o termo “narcisismo primário”, mas mudou o seu sentido ao incluir a mãe, formando o par mãe-bebê, que “*precede o momento da constituição do narcisismo do bebê e o torna possível*” (PLASTINO, 2014, p. 21). Por isso,

²⁸ Podemos considerar que neste ponto há uma aproximação de Winnicott com o conceito de individuação de Jung. Para aprofundar a pesquisa sobre este conceito, ver JUNG, C.G. “*Psicologia do inconsciente*”. São Paulo:Editora Vozes, 1984.

Winnicott afirma que antes de se constituir um “eu” é preciso se ter a experiência de “ser”, propiciada pela fusão harmoniosa entre mãe-bebê.

A afirmação de Winnicott de que “*não existe essa coisa chamada bebê*” remete ao sentido pelo qual devemos interpretar o termo narcisismo primário que foi mantido por Winnicott em seus textos como um período inicial do desenvolvimento emocional primitivo, em que ainda não há um indivíduo, mas sim uma unidade indiferenciada mãe-bebê. Este termo é utilizado como referência a um processo de individuação psíquica, que ocorre após o processo biológico do nascimento. Porém, adverte Plastino, isto não significa “*que antes de constituir o seu ego o bebê não tivesse vida psíquica*”, havendo nesta fase, uma série de atividades de “*juntar os pedaços*”, ou *seja, de atingir o sentimento de eu, de unidade corporal dotada de um “dentro” e um “fora”* (PLASTINO, 2014, p. 39).

A relação com um ambiente acolhedor, nesta fase do desenvolvimento emocional primitivo, é determinante para a manutenção e continuidade do sentimento de ser, base para as demais etapas da constituição psíquica. Assim, segundo Plastino, “*o caos irrompe no desenvolvimento emocional do bebê quando ele é forçado por um ambiente intrusivo a reagir, interrompendo a continuidade do simples estado de ser*” (PLASTINO, 2014, p. 39). E caso a intrusão seja prolongada e impassível de ser reparada, o caos pode vir a se estabelecer na constituição psíquica do bebê. Esta é a diferença do que Winnicott conceitua como desintegração que difere de um estado de não-integração, estado inicial e anterior ao narcisismo primário.

O dualismo indivíduo-sociedade, o qual tentamos diluir com as argumentações em favor de uma interrelação constitutiva entre subjetividade e social, é uma postulação de uma pretensa precedência do indivíduo em relação à sociedade, o que remete inevitavelmente a uma perspectiva conflituosa entre eles. Segundo Plastino, esta perspectiva tem relação com o pensamento de Hobbes, que é confirmado por Freud em “O mal-estar na civilização” (1930). Nas palavras de Plastino, “*O indivíduo manteria com a sociedade (e como os outros homens) uma imodificável relação de animosidade e conflito, só contornável pelo recurso à repressão* (PLASTINO, 2014, p. 28).

Sobre a posição de Winnicott sobre esta relação entre indivíduo e sociedade, Plastino afirma que:

Esta concepção integra uma perspectiva que **rejeita o conceito de narcisismo primário e, com ele, a de uma concepção constitutivamente conflitiva das relações dos indivíduos humanos com a sociedade** (grifo nosso). E que, alternativamente, sustenta **a emergência do sujeito a partir do outro, num ambiente onde há hegemonia do acolhimento amoroso** (grifo nosso), tanto no momento inicial de construção do narcisismo do sujeito quanto no posterior, de limitação desse narcisismo (PLASTINO, 2014, p. 69).

No desenvolvimento emocional primitivo, a relação dual mãe-bebê constituída pelo acolhimento é baseada em uma lógica totalmente alheia ao conflito e à retaliação. Quando Plastino menciona a limitação posterior do narcisismo está se referindo ao complexo de Édipo, que é acolhido por Winnicott para se pensar as neuroses de transferência, apesar de não o considerar uma fase no desenvolvimento emocional primitivo. A relação triangular estabelecida no complexo de Édipo, pautada no conflito e na ameaça da castração, é formada pelo sujeito já constituído. Segundo Plastino, “*Winnicott rejeita com ênfase a tentativa de fazer funcionar retroativamente a dinâmica do conflito edípico para compreender o desenvolvimento emocional primitivo*”, considerando este período como não-edipiano em vez de pré-edipiano (PLASTINO, 2014, p. 24). Apesar das diferenças entre o período do desenvolvimento emocional primitivo e a fase do complexo de Édipo, o papel do ambiente está presente em ambas na teoria winnicottiana.

É importante fazer a ressalva de que a diferença de concepções de laço social para Winnicott e Freud não se restringem a visões otimista e pessimista das relações sociais. Plastino adverte que o leitor superficial de Winnicott pode atribuir à pulsão de morte o fator de divergência central entre os pensadores, porém, afirma que esta crença não é pertinente, pois:

Winnicott não ignora a importância da agressão e do ódio nas relações humanas e sociais, assim como nos processos psíquicos inconscientes. **O que o autor rejeita é a postulação dogmática de um princípio cósmico de validade a-histórica que embasaria a insuperável tendência humana à destruição e à agressão. Dita postulação, pensa, fecha o caminho para a compreensão de situações concretas nas quais a força vital se exprime como agressão.** (grifo nosso)” (PLASTINO, 2014, pp. 33-34).

Ao estudar o papel do ambiente para compreender os atos agressivos,

como vimos no item anterior, Winnicott sai de uma visão determinística do ser humano e abre a teoria psicanalítica para a historicidade inerente ao humano. Considerar a pulsão de morte²⁹ como inerente a todo e qualquer ser humano é afirmar uma tendência inata à destrutividade que deve ser reprimida pelas instituições de forma a permitir a devida socialização do sujeito. Winnicott se distancia deste determinismo, uma vez que as tendências naturais do ser humano à espontaneidade e à criatividade podem ou não serem desenvolvidas na relação com o ambiente, ou seja, as pulsões podem ser atualizadas para a constituição subjetiva do verdadeiro self ou para patologias decorrentes de uma relação não saudável com o ambiente.

Atrelada ao surgimento do sentimento de culpa, do qual já foram tecidos comentários, está a construção de uma subjetividade concernida com a alteridade e responsável por seus atos, o que possibilita uma inserção social autônoma e espontânea e, portanto, não repressiva. Este ponto é importante porque revela a diferença marcante entre as concepções de Freud e Winnicott da relação entre indivíduo e sociedade. Para o primeiro, o sentimento de culpa é responsável pelo mal estar na civilização e pela impossibilidade de o ser humano viver feliz socialmente, uma vez que esta relação é pautada pelas limitações das interdições inerente ao social. Para Winnicott, de outro lado, o sentimento de culpa vivenciado em um ambiente acolhedor e não retaliativo, constitui o início do processo de socialização do sujeito.

A historicidade e a abertura a diversas formas de subjetivação pensada por Winnicott não significa que as relações intersubjetivas e sociais estejam isentas de conflitos, uma vez que a frustração estará presente na experiência de ambivalência emocional dos sujeitos. A proposta de Winnicott, é que, diante disto, se potencializem as práticas democráticas na vida social e política a fim de minimizar os conflitos e a violência (PLASTINO, 2014, p. 81). Segundo Plastino, *“conflito, ódio e agressão são centrais quando as relações sociais se*

²⁹ Winnicott comenta sobre as influências judaico-cristãs, mais especificamente, a crença no pecado original na construção do conceito de pulsão de morte elaborada por Freud (Plastino, 2014, p. 34).

caracterizam por opressão e exploração, mas podem ser minimizados e administrados em sociedades centralmente organizadas no genuíno reconhecimento de todos e de suas necessidades” (PLASTINO, 2014, p. 83). Este reconhecimento das singularidades de todos por todos efetivado progressivamente por instâncias institucionais como a família, a escola, o trabalho, o direito, entre outros, pode contribuir para a expansão da democracia nas relações sociais e, conseqüentemente, para a construção de um ambiente social mais acolhedor, empático, harmônico e voltado às necessidades humanas básicas.

A partir destas subjetividades, a freudiana, marcada pela internalização das normas culturais, sociais e morais pelo superego e a winnicottiana, pensada como uma potência que pode ou não se formar de modo psiquicamente saudável, dependendo da relação estabelecida com o ambiente, podemos conceber o laço social em dois sentidos: (i) como algo alheio ao indivíduo, que deve abdicar de suas pulsões a fim de habitar o social, uma vez que a pulsão é ineducável ou (ii) como algo relacional, construído entre intersubjetividades ou subjetividades e instituições a partir da definição da formação do social como algo não dado e separado do indivíduo, mas como algo construído *na relação inerente e indissociável à constituição da subjetividade humana*. Nesses dois sentidos revelam-se divergências inconciliáveis entre as condições de possibilidade de laço social segundo Freud e Winnicott.

3.

O laço social nas instituições: a família e a escola

3.1.

As instâncias socializadoras: a família, a escola, o direito, a política

A premissa que apresentamos neste trabalho de que tanto a subjetividade constrói as práticas sócio-institucionais, como as instituições, enquanto “ambientes” participam da constituição de subjetividades, nos leva a refletir e traz o seguinte questionamento: é possível uma subjetividade que se constituiu através de um ambiente intrusivo, que não estabeleceu a diferenciação eu e não-eu de forma nítida, cujos contornos psíquicos são frágeis e as manifestações imaturas, influenciar as práticas sócio-institucionais de forma a utilizar a empatia, a consideração e a aceitação do *outro* enquanto alteridade?

Esta reflexão pode ser aprofundada nos mais diversos contextos institucionais³⁰, onde as práticas sociais se misturam com as subjetividades, em um mecanismo de influência recíproca. Os pontos a seguir ajudam a separar didaticamente cada área e suas instituições e a objetivar as questões a serem estudadas, porém, na realidade, elas se intercalam a partir de um funcionamento interdependente: (i) a instituição familiar é o primeiro contato social de qualquer indivíduo e sua atuação falha poderá causar prejuízos psíquicos invibilizadores ou dificultadores de uma constituição subjetiva autônoma; (ii) a escola enquanto segunda instância socializadora do sujeito poderá receber as demandas de reconhecimento da singularidade e de laço social quando o mesmo for construído de forma falha no ambiente familiar; (iii) o direito e suas instituições,³¹ ao exercerem a função de regulação das relações sociais, devem atentar para as falhas ambientais de processos de socialização anteriores e para a capacidade de sua ética institucional construir subjetividades e fazer laço social; (iv) a política,

³⁰ Aqui serão enfocados os contextos institucionais da família e da escola.

³¹ É o caso, por exemplo, do papel institucional incorporado pelos três poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela polícia, entre outras instituições que compõem o sistema jurídico brasileiro que, pelo seu desenho institucional e pela sua atuação, podem influenciar a constituição de determinados tipos de subjetividades propícias ao laço social espontâneo ou concernidas com o *outro*.

enquanto espaço coletivo de exercício da cidadania, pode contribuir para que os sujeitos se manifestem em sua singularidade e como cidadãos com capacidade política transformadora voltada à concretização dos ideais democráticos³².

O ponto que gostaríamos de refletir neste capítulo se refere à necessidade de pensar a família e a escola enquanto primeiras instituições formadoras de subjetividades e sua ligação direta com o papel de socialização do sujeito. A hipótese que gostaríamos de apresentar é a de que quando o laço social é fracamente estabelecido na família, as demandas por uma existência singular passam à escola, instituição que de alguma forma precisa acolher estas demandas para cumprir a sua finalidade, qual seja, a educação. Em situações em que há a necessidade do estabelecimento de laços afetivos para uma constituição psíquica saudável, a escola precisa dar um passo atrás em sua principal função de forma a promover a delimitação dos contornos do sujeito e a priorizar a constituição subjetiva que deixou de ser realizada anteriormente.

A escola é uma instituição que vivencia o desafio de escolher entre os dois caminhos trazidos pelo dualismo clássico natureza-cultura³³, que apesar de estar paradigmaticamente em crise³⁴, ainda não foi superado completamente. Ao permanecer em conflito sobre qual papel deve desempenhar: a educação das pulsões ou a educação intelectual, social, política e cultural, a escola permanece, atualmente, sem conseguir definir a sua função. Este conflito é central nas discussões contemporâneas sobre o papel da escola e há diversas teorias com ideias inovadoras³⁵ que tentam conciliar essas duas funções ou se posicionam no sentido de priorizar uma ou outra. A família, por outro lado, não passa pela mesma situação que a escola, uma vez que o que se é esperado socialmente da mesma é a formação completa do ser humano, que passa pelas duas funções acima.

³² A política pode ser um espaço de fortalecimento democrático, de reconhecimento de si e do outro como “pertencentes”, que apesar de vozes singulares, compõem uma mesma orquestra social. Para isto, precisam se sentir capazes de se manifestar de forma criativa e espontânea ou, nas palavras de Winnicott, como “pessoas totais”.

³³ Para o aprofundamento desta temática, ver Plastino, 2001.

³⁴ Sobre a crise paradigmática da modernidade ver Boaventura de Sousa Santos, 2000 e Plastino, 2001.

³⁵ Sobre este tema, pesquisar autores como Jean Piaget, Lev Vygostky, José Francisco Pacheco, Paulo Freire, Maria Montessori, Rudolf Steiner, Célestin Freinet, Víctor García Hoz.

Apesar de instâncias separadas, a família e a escola estão em processo de comunicação contínua. A experiência familiar afeta diretamente o ambiente escolar e podemos perceber isto quando as crianças manifestam necessidades frequentes de atenção, afeto e acolhimento na escola, tornando as trocas afetivas prioritárias ao estudo. Fazendo um paralelo com a teoria de Winnicott, percebemos que a interrupção do processo de desenvolvimento emocional no ambiente familiar, por qualquer motivo, enseja a demanda por continuação em outra instância, seja ela a escola, o direito ou a política³⁶, como comentamos acima. Como é da ordem natural do ser humano se desenvolver, partindo da visão de Winnicott, o sujeito tentará se construir como subjetividade total no decorrer de sua vida.

Enquanto as instituições tiverem posturas ainda pautadas nesse dualismo natureza-cultura, limitarão a possibilidade de se constituírem como ambientes suficientemente bons, ou seja, atentos às singularidades e responsáveis pela emancipação humana. Se nos atentarmos aos conceitos construídos por Winnicott através de sua prática clínica, perceberemos a diluição dos dualismos, comumente utilizados em outras teorias da subjetividade humana, como é o exemplo de Freud, que durante alguns anos de sua teoria, não conseguia conceber a natureza e a cultura como interligadas. Esta diluição ajudou a construir uma teoria e ética pautadas nas necessidades humanas, tendo como objetivo principal o amadurecimento emocional do ser humano. O foco, portanto, deixa de ser uma postura institucional mais rígida, no sentido de se ater à sua função principal, para flexibilizá-la a fim de incluir outras funções que a princípio poderiam corresponder a outras instâncias. É preciso realçar o entendimento de que não se trata de um abandono pelas instituições de suas funções principais, ao contrário, o que se busca é a manutenção das mesmas com o aprimoramento de suas práticas sociais no sentido da construção de laços sociais mais fortes. Parece que esta demanda é dirigida a todas as esferas institucionais de subjetivação e socialização, como é o caso, que comentamos acima, da escola abarcar crianças que necessitam de acolhimento de suas singularidades, do direito pensar práticas institucionais

³⁶ Sobre essa temática de extrapolação das demandas de reconhecimento pelos ambientes institucionais ver Axel Honneth (2003) que traz uma interessante discussão sobre três instâncias de reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade e Winnicott (2000b) sobre a tendência antissocial.

que superem a falta de efetividade de algumas instâncias³⁷, da política, através de articulação de ações coletivas e solidárias de diferentes grupos sociais que fortaleçam o sentimento de pertencimento e laço social.

Alguns podem argumentar ser problemática esta flexibilização e diluição de fronteiras entre estas instâncias que estão, na verdade, quer queiram, quer não, articuladas diretamente. Esta interdependência é visível quando percebemos que alguns problemas sociais não conseguem ser resolvidos sem soluções que passem por duas ou mais instâncias socializadoras. É o caso, por exemplo, da prática da mediação escolar de crianças com necessidades especiais voltada à inclusão e fortalecimento do laço social na escola a fim de facilitar a aprendizagem e autonomia; da técnica da mediação de conflitos implantada nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs voltada para casos em que a decisão judicial não é suficiente para dirimir o conflito; de organizações como a Couchsurfing e Airbnb, que potencializam a confiança e solidariedade entre pessoas desconhecidas e facilitam a associação entre elas e ações coletivas baseadas em valores empáticos.

Como vimos no capítulo anterior, Plastino, em seu texto³⁸, faz um percurso teórico abordando a modificação paradigmática de Freud à Winnicott, enfatizando, inclusive, a relação entre natureza e cultura para cada um dos autores, dualismo, segundo Plastino, sustentador de uma concepção autoritária da vida social, através de duas afirmações que se interligam: (i) o caráter natural dos conflitos e (ii) a necessidade de dominação como condição para a vida social. Sobre este ponto, a passagem abaixo traz maior especificidade às consequências advindas da consideração da natureza como algo a ser dominado:

Certamente não faltava fundamento histórico para afirmar a importância dos conflitos e da dominação na história. São preponderantes ao longo da história registrada. **Isso, contudo, não evidencia que ditas atitudes constituem a essência imodificável do homem, “bloco de natureza indomável na nossa constituição psíquica” (grifo nosso)**, para utilizar a maneira como Freud designa as “pulsões elementares” de sua segunda teoria. **Nesta perspectiva, considerando que a vida natural é incapaz de autorregulação, a necessidade**

³⁷ Alguns exemplos são as transformações que vêm ocorrendo na atribuição de funções dos três poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; fenômenos da judicialização da política e da politização do judiciário; as mudanças ocorridas no Código de Processo Civil – CPC a fim de incluir práticas de solução consensual de conflitos, entre outros.

³⁸ Ver Plastino, 2014.

de dominá-la é postulada como condição da vida civilizada (grifo nosso). A mesma lógica dualista também se exprime na concepção sobre a constituição do homem, igualmente **incapaz de regular suas paixões naturais, fazendo com que seja inevitável basear a vida civilizada na repressão (grifo nosso).** (PLASTINO, pp. 27-28)

Esta passagem será interessante para pensarmos mais à frente as práticas ético-institucionais. Tendo como base a premissa de que a concepção de ser humano está diretamente ligada à relação estabelecida com o social, se aquele for pensado como incapaz de administrar e gerir sua natureza pulsional, educando-a, será preciso uma outra instância voltada a esta função socializadora e civilizadora. O que ocorre é que esta visão do ser humano, muitas vezes tido como infantilizado, legitima práticas institucionais pautadas na repressão e punição, o que forma um ciclo vicioso de que diante da falta de autonomia para administrar a ambivalência afetiva, é necessário reprimir e punir. O que não se concebe é que é justamente nas primeiras instâncias de relacionamento intersubjetivo que há a passagem gradual de uma condição de extrema dependência para uma condição mais autônoma³⁹, em que se forma um sujeito preocupado com o *outro* e, conseqüentemente, com a sociedade como um todo.

A hipótese sustentada por este trabalho se baseia na afirmação de Winnicott de que o desenvolvimento emocional e a tarefa pessoal de administração da ambivalência afetiva são para a vida toda, por isso, o trabalho conjugado entre as instâncias socializadoras é de extrema importância para propiciar um ambiente acolhedor para o amadurecimento do ser humano. Regidas pela ética do cuidado, propiciam uma postura de acolhimento do singular manifestado por cada um. Em uma sociedade em que os conflitos são naturalizados enquanto manifestações de uma essência imutável do homem, regida por uma “maldade constitutiva”, as instituições, enquanto diques para dar conta da agressividade avassaladora do ser humano, são construídas como necessárias e imprescindíveis à vida em sociedade. Neste sentido, os papéis institucionais são delineados a partir destas supostas necessidades sociais de sobrevivência e de permanência diante do impulso destrutivo do ser humano. Desta perspectiva, as instituições são vistas como instâncias que socializam “na marra”, ou seja, através de punição ou qualquer tentativa de enquadrar o sujeito

³⁹ No capítulo anterior deste trabalho, no ponto 2.3., expus sobre primitivo de Winnicott que fala justamente sobre as fases da dependência absoluta e da dependência relativa.

no comportamento esperado. É um processo de “fora” para “dentro”, mesma lógica seguida pelos contratualistas há séculos atrás. A teoria de Freud, em certa medida, ainda segue essa mesma lógica, sendo completamente transformada por Winnicott e sua concepção histórica e aberta da relação entre constituição subjetiva e ambiente.

Longe de se ter uma visão ingênua acerca da necessidade de contenção social de alguns comportamentos, o que se reivindica aqui é uma análise do porquê desses comportamentos, assim como também da consideração de uma visão não essencialista, mas sim histórica da agressividade e violência humana⁴⁰. O cuidado enquanto postura ética poderá permitir que a singularidade e o concernimento com a alteridade emergjam de forma a compor um tecido social mais inclusivo, criativo e empático. É claro que não é uma tarefa fácil e isenta de desafios, pois requer a reestruturação de práticas institucionais arraigadas e tidas como aspectos identitários da instituição. Porém, é o início de uma tentativa de transformação tanto da concepção de ser humano vigente na sociedade como do tratamento dado a cada subjetividade pelas instituições.

Como vimos anteriormente, o sujeito constituído e reconhecido em sua singularidade, por um ambiente acolhedor, se constitui de “dentro” para “fora”, o que significa que a sua relação com o social não será conflituosa, pois o ambiente terá dado espaço às suas manifestações singulares e o sujeito terá sido capaz de criar condições para emergir o concernimento a partir dos contornos entre o eu e o *outro*.⁴¹ De acordo com Winnicott, o estabelecimento de uma relação social harmônica dependerá de uma maturidade emocional adquirida. Sobre a maturidade, Winnicott fala sobre a sua relação com o processo de socialização:

A maturidade do ser humano é uma palavra que implica não somente crescimento pessoal, mas também socialização. Digamos que na saúde, que é quase sinônimo de maturidade, o adulto é capaz de se identificar com a sociedade sem sacrifício demasiado da espontaneidade pessoal; ou dito de outro modo, o adulto é capaz de satisfazer suas necessidades pessoais sem ser anti-social, e, na verdade, sem falhar em assumir alguma responsabilidade pela manutenção ou pela modificação

⁴⁰ Para aprofundar a temática sobre a tendência antissocial ver Winnicott (2000b).

⁴¹ Winnicott afirma que a formação da capacidade de concernimento é um processo complexo que pode demorar uma vida inteira para chegar ao fim ou nunca se completar, por isso, é preciso fazer uma ponderação de que a existência de ambientes suficientemente bons no decorrer da vida do sujeito é uma forma de oportunizar a continuidade deste desenvolvimento emocional, porém, não é garantia de que trará resultados efetivos a curto ou médio prazos.

da sociedade em que se encontra. (WINNICOTT, 1983, p. 80).

A constituição de uma subjetividade saudável, sem o traço da antisociabilidade, passa pela formação narcísica e pela superação desse mesmo narcisismo com a constituição de um *eu* e do reconhecimento de um *outro*. Para uma identificação com a sociedade sem sacrifício da espontaneidade pessoal é preciso um bom início, uma relação com ambientes não intrusivos ou invasivos, que permitam o desenvolvimento de uma sensação de existência conjugada com a alteridade e de um “sentir-se si mesmo na relação com o *outro*”. O que for experienciado no ambiente familiar nos primeiros anos de vida provavelmente pautará as futuras relações sociais que se estabelecerão nos próximos anos. Por esta razão, um ambiente favorável desde o início é importante para a formação do laço social em outros ambientes sociais que não a família.⁴²

Um dos lemas da escola, que escutamos frequentemente, é a promoção da cidadania pela educação e a formação de cidadãos conscientes e críticos imbuídos de valores democráticos de transformação social. Mas, pergunta-se: como formar esses cidadãos atentos à coletividade e preocupados com os problemas sociais? Winnicott comenta que a democracia está intimamente ligada ao reconhecimento da singularidade. Este reconhecimento auxilia na emergência de um sujeito preocupado com práticas democráticas pois, através de sua própria constituição subjetiva, experienciou sua singularidade através do acolhimento da sua forma de ser. É o exemplo de subjetividades constituídas em um ambiente considerado suficientemente bom, para utilizarmos a expressão de Winnicott, que acolheu as suas necessidades e permitiu a continuidade do seu sentimento de ser. O ambiente social é bom suficientemente quando é cuidadoso com as manifestações singulares, ou seja, para Winnicott não há uma regra comum a ser aplicada a todos os sujeitos, que, na maioria das vezes, se encontram em fases distintas do desenvolvimento emocional. A postura institucional deverá se atentar para as demandas subjetivas vindas de cada um, com a sua história particular. O termo

⁴² Plastino alerta sobre a incapacidade que uma sociedade capitalista tem de ser considerada um ambiente favorável: “A modernidade, submetida ao ideal de ordem e progresso, certamente não constitui um ambiente que favoreça a expansão das formas criativas de relacionamento com a realidade externa. Em contraste, aspectos ambientais favorecedores parecem estar sendo gestados na contemporaneidade. Talvez porque a criatividade tenha se tornado, mais do que nunca uma exigência para o capitalismo.” (PLASTINO, 2014, p. 63)

“suficientemente” possui justamente o sentido de cuidado e de adequação à situação de cada ser humano em desenvolvimento.

Durante a nossa existência, passamos por várias instâncias socializadoras. Cada fase do desenvolvimento emocional requer um tipo de cuidado: na dependência absoluta precisa se formar o sentimento de onipotência no bebê através de uma atitude de preocupação materna primária, de dedicação completa ao atendimento das necessidades do bebê, para após, na fase da dependência relativa, ser gradualmente frustrada essa onipotência e ser introduzido o *outro* enquanto realidade objetiva. O que acontece quando um *outro* repetidas vezes invade o bebê ou quando o ambiente é permeado pela ausência de cuidados? Para Winnicott, as consequências psíquicas podem ser diversas dependendo da fase de desenvolvimento em que se encontra a criança.⁴³ Caso esteja na fase de dependência absoluta, dependendo da falha ambiental, poderá nem adentrar nas relações objetais, ou seja, poderá não estabelecer a distinção entre o eu e o não-eu de forma clara. Na fase da dependência relativa, o bebê-criança já teve a experiência inicial de onipotência e frustração desta e pode ter outros desafios com o ambiente. A dificuldade de fazer laço social como consequência de uma relação inicial com um ambiente doente será de natureza diversa nas fases da dependência absoluta e da dependência relativa. O que será enfatizado neste trabalho são as dificuldades relativas às relações de objeto⁴⁴ e ao laço social nas instituições familiares e escolares, desde que assumem uma ética que não privilegia o cuidado com o *outro*, sendo esta postura necessária ao concernimento construído desde os primórdios do desenvolvimento emocional.

“Tudo começa na família”⁴⁵ é uma frase que é comumente escutada nas rodas de conversas, mídias sociais, novelas, filmes, etc. De fato, esta frase tem fundamento: a família é o primeiro contato social que temos durante a nossa

⁴³ É preciso comentar que Winnicott não possui uma visão determinística, de que se x acontecer y será o resultado, o que este autor propõe é que a probabilidade de se ter determinados tipos de consequências psíquicas aumenta em cada fase do desenvolvimento. A sua visão é aberta à história de constituição de cada sujeito, que pode também, por sua capacidade de resiliência, contornar falhas ambientais graves de forma a se constituir como um adulto minimamente saudável.

⁴⁴ As relações de objeto dizem respeito às relações entre as subjetividades e podem também se referir às relações entre aquelas e as instituições. Para um maior aprofundamento sobre o tema, ver a definição de objeto em LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 321 e de relações objetais em GREENBERG; MITCHELL, 1994, p. 5.

⁴⁵ Winnicott, em seu livro “Tudo começa em casa” mostra que a estrutura da sociedade reflete a concepção da natureza do indivíduo e da família.

constituição psíquica. Por isso, dependendo de como for o ambiente familiar, a criança pode se constituir emocionalmente como uma pessoa inteira ou ainda precisar passar por algumas etapas do desenvolvimento emocional a fim de alcançar esta condição. Se a instituição da família falha, há a possibilidade de outra instituição, a escola, por exemplo, ou o direito, influenciar positivamente a construção desta subjetividade. A família, como primeiro ambiente social que a criança tem contato, é o lugar que a criança em desenvolvimento “*trava contato com as forças que operam na sociedade*”, sendo que “*o protótipo desta relação é encontrado na relação original entre criança e mãe, relação essa em que, por vias extremamente complexas, o mundo representado pela mãe pode vir a auxiliar ou impedir a tendência inata da criança ao crescimento*” (WINNICOTT, 1990, prefácio)

As histórias de vida que serão relatadas adiante foram retiradas do texto “A instituição do fracasso: a educação da ralé” de Lorena Freitas, parte do livro “A ralé brasileira” organizado por Jessé Souza. Essas histórias refletem dois fatores fundamentais que servirão de reflexão e articulação com os conceitos até aqui apresentados: (i) a desorganização familiar e (ii) a má-fé institucional (FREITAS, 2009, p. 281). De acordo com a autora do texto, esses dois fatores determinam trajetórias de vida de fracasso escolar e posteriormente profissional, que são tomados como fracassos individuais e de responsabilidade pessoal e não como fracassos coletivos (FREITAS, 2009, pp. 281-282).

A miopia com relação à dimensão deste problema - do fracasso familiar ao escolar e profissional - se insere na discussão que tivemos sobre as diferentes concepções de constituição e socialização do ser humano. Nos capítulos precedentes apresentei dois paradigmas, de Freud e de Winnicott, para contrapor estas duas visões do ser humano e de sua relação com o *outro* e tecer um pano de fundo para a discussão que está por vir. Freud parte de uma subjetividade pulsional individualizada que se relaciona com a sociedade através de conflitos que são inafastáveis e inerentes a esta relação. Desta perspectiva, o indivíduo busca a satisfação de seus impulsos e encontra repressão dos mesmos pelas exigências do social. Winnicott, de outra perspectiva, no contexto da teoria das relações de objeto, afirma que o que o sujeito busca é o encontro com o objeto e

não a satisfação pulsional, se afastando, neste ponto, da teoria freudiana. Além disso, a introdução do ambiente em sua teoria e a preocupação com as consequências advindas da relação com este para a constituição de subjetividades, permitiu que Winnicott saísse de um pensamento individualista do sujeito. A inclusão do ambiente social neste processo permitiu a implicação das instituições nos destinos, em princípio, “individuais”. O que se pretende aqui não é buscar “um culpado” para o fracasso escolar, mas evidenciar a interrelação entre a construção de subjetividade e o social e suas instituições.

3.2.

O caso de Juninho: quando o laço social não se realiza na família

“Ao contrário de Anderson, Juninho, como a maioria da ralé brasileira, não teve a sorte de ter um ambiente familiar seguro e organizado.” (FREITAS, 2009, p. 286). Esta primeira afirmação que abre o relato do caso de Juninho traz novamente, ao centro da cena, a família. O pai de Juninho, Seu Jonas, trabalhava como transportador de frutas e legumes enquanto a mãe, Dona Luzia, trabalhava como faxineira. As necessidades materiais da família eram prementes devido ao alcoolismo de Seu Jonas que acabava gastando a maior parte do dinheiro em bebidas e diversão. Além disso, a tensão era constante, pois a qualquer momento poderia advir um ato de violência do mesmo contra a esposa e o filho. A lembrança de Juninho de sua infância é de uma fase de instabilidade e oscilações entre momentos de tensão e calma, sendo este último vivenciado quando seu pai parava de beber e se tornava um pai tolerante e indulgente. A brigas entre os seus pais eram constantes⁴⁶ e a violência latente, prestes a explodir principalmente contra a mãe e, eventualmente, contra os filhos (FREITAS, 2009, pp. 286-287).

A mãe de Juninho era ausente, uma vez que a miséria a obrigava a trabalhar o dia inteiro e, quando estava em casa, cuidava da roupa, da limpeza e da comida e não tinha tempo para estar e conversar com os filhos. Além disso, para compreender a história de Juninho, faz-se necessário observar a história de sua própria mãe:

[Dona Luzia], agredida demais pela vida, era impossível para ela uma relação

⁴⁶ Ver nota de rodapé nº 23 do capítulo 2.

com os filhos pautada pelo respeito mútuo, pelo carinho e pelo cuidado. Seus próprios pais não souberam tratá-la desse modo, como então poderia ensinar os filhos algo que jamais teve a chance de aprender? Ela nunca fora amada pelos pais como um indivíduo único que merece respeito e cuidados. Desde menina foi “entregue a si mesma” e muito cedo aprendeu a dureza da vida, tendo que aprender a “se virar sozinha”. Apesar de nunca ter podido dar aos filhos carinho e compreensão, ela fazia o que podia para manter a casa limpa, para botar comida no prato e lhes ensinar a não “mexer nas coisas dos outros” e nem se meter com coisa errada”. Foi a influência de Dona Luzia que fez com que nenhum de seus quatro filhos, a despeito da vida que tiveram, caísse na delinquência. (FREITAS, 2009, p. 287).

A mãe de Juninho, também com a sua história pautada por um ambiente de não acolhimento afetivo, conseguiu, a seu modo, satisfazer as necessidades materiais básicas de seus filhos. De fato, eles sobreviveram aos desafios econômicos e morais da desorganização familiar e conseguiram chegar na escola. Dona Luzia também sonhava com o sucesso escolar dos filhos e o via como a única saída para a superação da própria condição social. Mas, apesar dos incentivos aos estudos, Juninho não desenvolveu suas habilidades intelectuais de forma a conseguir uma vida melhor e economicamente mais estável. Segundo Freitas, é preciso que os pais sirvam de exemplo a seus filhos de forma a possibilitar que os conselhos e incentivos a favor dos estudos encontrem um terreno fértil onde possam florescer, se *“esses incentivos não vêm acompanhados de exemplos concretos que o legitimem, uma vez que os próprios familiares possuem uma relação distanciada com o conhecimento”* (FREITAS, 2009, pp. 287-288), não há possibilidade de internalização desse valor.

Podemos ir além e colocar como hipótese que a dificuldade de Juninho na escola se dá, inclusive, pela falta de disponibilidade afetiva de sua família em acolhê-lo em suas necessidades de carinho, afeto e proteção, uma vez que os próprios componentes da família não tiveram uma relação afetiva com um ambiente saudável e confiável em sua infância. A afetividade sadia formada na instituição familiar é o primeiro degrau que permitirá, na maioria das situações, a passagem para os demais degraus de desenvolvimento. Uma vez que a família não conseguiu ocupar o espaço de ambiente social suficientemente bom, a escola terá que dar conta desse espaço de necessidades ainda não preenchidas e, caso não consiga suprir essa carência de cuidados afetivos, casos de fracasso escolar tenderão a aumentar.

A autora coloca que apenas os indivíduos que tiveram uma “*socialização capaz de desenvolver neles uma identificação afetiva com o conhecimento*” (FREITAS, 2009, p. 288) terão a capacidade de se inserir no mundo do trabalho qualificado e de serem úteis e produtivos à sociedade. Esta identificação afetiva com o conhecimento pressupõe de início uma identificação afetiva com os pais ou cuidadores, sendo o laço afetivo o “terreno fértil” para o posterior desenvolvimento de outras habilidades valorizadas socialmente. O sujeito primeiro precisa ser e existir singularmente para depois “estar” no mundo. Sobre este ponto, Freitas afirma que: “*a vida familiar desorganizada definiu muito do que veio a ser a história de Juninho. Sem a confiança no afeto dos pais, ele não pode adquirir confiança em si mesmo.*” (FREITAS, 2009, p. 289). E complementa, dizendo: “*sua família nunca foi lugar de cuidado e proteção, ao contrário, era fonte de medo e insegurança, pois as pessoas mais importantes em sua vida o agrediam constantemente, seja através de pancadas físicas, seja através do descaso e do abandono.*” (FREITAS, 2009, p. 289).

A relação de Juninho com a escola sofreu os efeitos de uma vida familiar desorganizada com manifestações de dificuldade de concentração, de aprendizado e de repetências. Juninho, lembrando do período escolar, comenta:

Não me concentrava nas aulas, aí ó, fui repetindo direto, direto. (...) Na primeira e segunda série, eu lembro disso, quando eu tava escrevendo e a professora apagava o quadro, e eu não acabei de escrever, eu até chorava. Eu abaixava a cabeça e começava a chorar. (FREITAS, 2009, p. 290).

Esta passagem indica a falta de confiança de Juninho em si mesmo devido ao abandono afetivo que vivenciou no ambiente familiar, deixando transparecer seus efeitos nos estudos. As falhas ambientais afetaram a sua relação com a escola, que passou a ter uma outra função que não só a de aprendizagem, como também de cuidado e acolhimento. Juninho deixou a escola na quinta série, após a morte de seu pai, com o argumento de que precisava começar a trabalhar para ajudar a família. Porém, Freitas sinaliza que esta derrota escolar foi mascarada por uma postura de autoengano em que Juninho se apoiou para justificar o seu fracasso escolar. Juninho começou a dizer que não queria estudar, pois era melhor “aproveitar a vida” em vez de ficar “enfado” nos livros (FREITAS, 2009, p. 290). Juninho, atualmente com 25 anos, trabalha como vendedor ambulante no centro

da cidade, “*onde comercializa de tudo um pouco, de canetas, balas e chicletes, aos CDs e DVDs piratas*” (FREITAS, 2009, p. 291), ganhando cerca de 100 reais por semana.

3.3.

O caso de Anderson: quando a necessidade de laço social transpõe a família e chega na escola

As histórias de Anderson e Juninho se caracterizam pela evidência da relação entre subjetividade e social a partir dos efeitos subjetivos decorrentes das relações estabelecidas na família e na escola. A introdução à história de Anderson pode ser lida abaixo:

Anderson é um rapaz de olhar baixo e tímido, com sorriso hesitante de quem parece estar sempre pedindo desculpas por alguma coisa. Apesar da insegurança que deixa transparecer em seu tom de voz e nas respostas que parecem pedir aprovação do interlocutor, Anderson gosta de conversar e se expressa com certa facilidade, a despeito dos erros gramaticais frequentes e seu vocabulário. (FREITAS, 2009, p. 282).

Ao ser perguntado pelas coisas que mais contribuem para a sua felicidade, responde que são a família, os amigos e a música. Anderson, apesar de ter uma renda precária, se destaca da ralé por possuir uma família organizada e uma mínima incorporação de conhecimento (FREITAS, 2009, p. 282). Sobre a definição de ambiente familiar organizado, a autora afirma que “*uma vida familiar organizada é qualquer configuração familiar que seja constituída de pessoas capazes de oferecer uma situação de vida segura, estável e emocionalmente equilibrada às crianças.*” (FREITAS, 2009, p. 282). E, complementa dizendo que qualquer pessoa que cumpra a função de amar, proteger e cuidar da criança, garantindo “*um ambiente seguro e emocionalmente equilibrado*”, é capaz de satisfazer “*as demandas afetivas e de construir a autoconfiança infantil*” (FREITAS, 2009, pp. 282-283). Estas passagens nos remetem à importância que Winnicott fala de um ambiente saudável ou confiável para o desenvolvimento emocional. O ponto principal é a criança “saber-se amada”, ou seja, ter a segurança afetiva que servirá como base de seus caminhos e conquistas futuras.

Os pais de Anderson, Seu Evaldo, mecânico e Dona Mara, dona de casa, apesar de não terem sido exemplos de pessoas bem sucedidas no mundo do

trabalho, sempre incentivaram Anderson e seus irmãos a se dedicarem aos estudos. Regulavam os horários de estudo, a realização das tarefas escolares e as notas do boletim, que eram motivo de alegria ou orgulho, quando altas, e de tristeza e preocupação, quando baixas. Seu Evaldo e Dona Mara faziam questão de demonstrar esses sentimentos e reconhecer o desempenho de seus filhos (FREITAS, 2009, p. 283).

Esta dedicação afetiva da família à vida escolar dos filhos é um componente decisivo para processos de aprendizagem bem sucedidos, revelando a necessidade das crianças do amor e da aprovação dos pais pelo bom desempenho alcançado (FREITAS, 2009, p. 283). Este é um exemplo que explicita a função do ambiente no decorrer de todo o desenvolvimento emocional do ser humano e não só no período primitivo. As crianças escolhem se comportar de acordo com aquilo que é valorizado socialmente, seja na família, seja na escola, seja em outros ambientes sociais. Dependendo da resposta do ambiente ao comportamento da criança, incentivará ou desincentivará o comportamento. Sobre o papel do reconhecimento afetivo, Freitas afirma que:

A criança que recebe reconhecimento e amor por ser uma boa aluna passará a ter os estudos como uma fonte fundamental para a sua autoestima, pois sabe e sente que as pessoas mais importantes de sua vida valorizam-na e reconhecem-na de forma especial por levar a sério sua vida escolar. (FREITAS, 2009, pp. 283-284).

Anderson, portanto, teve a oportunidade de ser criado em um ambiente familiar acolhedor de suas necessidades básicas, tanto físicas como afetivas, o que criou grandes possibilidades de ter alcançado um bom desenvolvimento de seus estudos. Porém, outra dificuldade a ser transposta por Anderson é mostrada em seguida pela autora: a escola. Freitas comenta sobre a boa relação que Anderson criou com os seus pais, mas não com a escola:

Assim, se o terreno que cultivaram não podia oferecer uma garantia de sucesso na escola, ao menos não era terreno infértil, como ocorre com a maioria dos filhos da ralé, em que a desorganização da vida familiar, marcada pelo descaso, abandono e violência, impossibilita um desenvolvimento cognitivo e emocional saudável das crianças. Assim, Seu Evaldo e Dona Mara apostaram na educação que deram aos filhos e teriam grandes chances de ver o seu sucesso escolar, não fosse terem encontrado em seu caminho um obstáculo determinante, que nenhum dos dois jamais sonhara encontrar: a própria escola. (FREITAS, 2009, p. 284)

Sendo o objetivo da escola a formação de cidadãos e sua qualificação

profissional⁴⁷, o percurso profissional apresentado por Anderson parece indicar que o mesmo não conseguiu alcançar este segundo objetivo, qual seja, se qualificar profissionalmente. O caminho profissional que Anderson estabeleceu para si é parecido com o dos amigos próximos, porém, se comparado com eles, Anderson parece ter melhores condições pelos dois fatores acima descritos: a organização familiar e o fato de ter concluído o ensino médio. Segundo Freitas, o segundo fator é reflexo do primeiro: *“entre os menos favorecidos economicamente, o segundo aspecto nada mais é do que reflexo do primeiro, uma vez que a vida familiar organizada é o fator definitivo para uma vida menos miserável tanto econômica quanto moralmente”* (FREITAS, 2009, p. 286). Como dissemos acima, Anderson teve a “sorte” de ter uma família organizada, fator que diminuiu a sua dificuldade de fazer laço social no mundo o trabalho, apesar de ainda não ter estabilidade e uma remuneração mínima para sustentar as suas despesas.

Anderson, com 21 anos à época da pesquisa apresentada pelo texto, trabalhava em um galpão de uma revendedora de equipamentos industriais, onde separava máquinas para serem entregues aos clientes, tendo, na maioria das vezes, que carregar o material nos próprios ombros. Na sua visão, “é um trabalho que parece ter caído do céu” comparado aos que já teve. Seu primeiro trabalho, aos 17 anos, foi em uma sapataria, onde tinha a função de colar sapatos, trabalhava cerca de 12 horas por dia ou mais, dependendo da quantidade de serviço e ganhava cerca de 10 reais ao dia, o que somava 250 reais no final do mês. Neste trabalho, não tinha carteira assinada, vale-refeição e almoço ou lanche incluído na remuneração. O segundo trabalho de Anderson, anterior ao atual, foi como ajudante em uma marcenaria, onde ganhava 20 reais por dia. *“Na marcenaria o trabalho não era muito melhor, mas pagava mais, além do fato de ele trabalhar com horário fixo, das sete da manhã às cinco da tarde.”* (FREITAS, 2009, p. 286). Apesar de ganhar mais, o trabalho era mais perigoso do que o anterior, uma vez que tinha que lidar com o pó da madeira e os produtos químicos utilizados. O sonho que almeja alcançar é fazer o curso técnico de eletrônica para atuar como

⁴⁷ Art. 205/CF88: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

técnico de manutenção de aparelhos, “*um trabalho mais leve e melhor remunerado*” do que o atual (FREITAS, 2009, pp. 285-286).

Anderson, apesar de saber-se e sentir-se amado por sua família e de ter supostamente conseguido se constituir psiquicamente como um ser humano preocupado com os demais - sendo considerado pelos outros um “rapaz de boa família”, “disciplinado”, “honesto” e “benquisto” pela sociedade - , só conseguiu estabelecer precariamente um laço social com a escola e, posteriormente, com o mundo profissional. A afirmação “*foi o fato de possuir uma vida familiar organizada que garantiu a Anderson ir um pouco mais longe que Juninho*” (FREITAS, 2009, p. 286) coloca a importância da organização familiar para “ir um pouco mais longe”, mas será que longe o suficiente para se realizar socialmente enquanto singularidade para além da esfera familiar?

A história de Anderson nos mostra que o sucesso na instituição familiar, apesar de ser o primeiro degrau de constituição subjetiva e de possibilidade de uma vida digna de ser vivida, não garante a conquista de um espaço social em que se possa se expressar criativamente e se desenvolver singularmente. É preciso maiores investimentos institucionais a fim de permitir a constituição de uma pessoa “total”, capaz de manifestar a si mesma socialmente. A escola poderia complementar a função da família nesse aspecto e fortalecer o sentimento de existência e de “si mesmo” em Anderson a ponto de se desenvolver criativamente no mundo. Talvez com esta postura, a instituição escolar conseguisse alcançar seus objetivos e formar cidadãos mais comprometidos socialmente com as mudanças sociais que julga necessárias.

3.4.

As subjetividades individualizadas pela falha ou má-fé institucional

As diferenças entre as histórias de Anderson e Juninho trazem reflexões acerca do papel a ser desempenhado pelas instituições da família e da escola. Segundo Freitas, a organização familiar exerce uma influência inquestionável nas possibilidades futuras de sucesso escolar, porém, não é um fator determinante de que o mesmo ocorrerá:

Diferentemente de Juninho, vimos que Anderson teve um pouco mais de sorte na vida. Ele contou com a felicidade de ter uma família organizada, que fez com que se tornasse uma criança autoconfiante e segura do amor e cuidado dos pais, a despeito das permanentes dificuldades materiais que enfrentavam. Mas a qualidade da vida familiar de Anderson não foi o bastante para permitir que ele escapasse à má-fé institucional da escola. (FREITAS, 2009, p. 291).

A má fé institucional diz respeito à ausência de uma postura de acolhimento das dificuldades apresentadas por Anderson com relação à linguagem abstrata nas matérias de física e de matemática (FREITAS, 2009, p. 291). A escola, ao contrário de acolher essas dificuldades, puniu Anderson “*com violência o bastante para fazê-lo desacreditar em si mesmo, das capacidades que sua família o tinha legado e as quais cabia à escola lapidar e desenvolver.*” (FREITAS, 2009, p. 291). Podemos considerar a má fé institucional como uma falha ambiental que impede ou dificulta a continuidade do desenvolvimento emocional do sujeito. Winnicott faz uma analogia entre “falha ambiental” e a falha geológica, considerando-a uma espécie de rachadura. No caso de Anderson, que chegou à escola com um mínimo de autoconfiança conquistada no ambiente familiar e teve que lidar com as falhas da escola em agir de forma cuidadosa com as suas necessidades, o desafio foi manter a confiança em si mesmo, apesar de suas dificuldades não atendidas pela instituição escolar. O comportamento ambiental só causará uma falha na constituição psíquica e subjetiva quando for reiterado, o que significa dizer que falhas pontuais geralmente não constituem um comportamento, apenas atos isolados incapazes de se caracterizar como “falha ambiental”. A passagem a seguir explicita esta noção:

As condutas intrusivas desrespeitosas da espontaneidade do bebê, o descaso e a desatenção forem reiterados a ponto de caracterizar o comportamento materno. A falha ambiental, no sentido acima, decorre do excessivo narcisismo materno, narcisismo que impede de ver o bebê em sua singularidade. (PLASTINO, 2014, pp. 54-55).

A falha ambiental pode ser superada por uma conduta empática às necessidades alheias, tal como uma mãe ou cuidadora de um bebê, que supera o excesso de narcisismo para se configurar como um espelho de suas necessidades. Este excesso de narcisismo resulta em uma projeção do desejo materno, sendo a própria mãe, ou, nos casos que estamos discutindo, a instituição familiar ou escolar, incapazes de refletir o ser da criança e atuar como seu espelho. Evitando a singularidade da criança, o ambiente mostra o que se espera dela, resultando em

um desconhecimento da criança de suas necessidades, pois, em vez de se descobrir através do olhar do ambiente, vê o *outro* antes mesmo de se ver e sentir como existente. Em alguns casos, alunos chegam à escola precisando de cuidado e acolhimento a fim de continuarem o desenvolvimento emocional primitivo que ficou interrompido. Sendo esta a prioridade do “ser” desses sujeitos em formação, o foco na condição atual de suas existências por parte da comunidade escolar poderá propiciar abertura afetiva necessária para continuar seu processo de amadurecimento emocional e, conseqüentemente, o aprendizado dos conceitos abstratos ensinados na escola.

Um ambiente acolhedor da singularidade da criança é aquele que está exercendo um acolhimento comparável ao modelo de mãe suficientemente boa, estado em que se ultrapassa o próprio narcisismo e torna-se capaz de empatia. Este estado pode ser considerado uma expressão do laço social ou nas palavras de Plastino, do erotismo, força fundamental que age na natureza humana (PLASTINO, 2014, p. 55). O laço social só pode se dar com o *outro*, caso a própria singularidade tenha sido reconhecida, ou seja, a criança só fará laço social com a escola de forma a se inserir em seus métodos e propostas pedagógicas, caso encontre um ambiente favorável ao reconhecimento de sua própria singularidade. E este não foi o caso nem de Juninho nem de Anderson, como veremos adiante.

A superação do narcismo primário⁴⁸ - como pressuposto da constituição da subjetividade e suas implicações éticas, políticas e sociais decorrentes da utilização deste conceito como fundamento de práticas institucionais e sociais -, se torna urgente e um desafio ao mundo contemporâneo. Se partimos de uma definição de subjetividade individualizada, baseada em um conceito de narcisismo primário, nos tornamos reféns de construções sociais e institucionais individualizantes, ou em outras palavras, esquizofrênicas, incapazes de valorizar uma postura autoimplicativa na constituição subjetiva do *outro*. Essas implicações éticas-institucionais ficam mais claras ao analisarmos os casos trazidos por Lorena Freitas no livro de Jessé Sousa, que tornam evidentes as consequências de se tomar a relação com o *outro* como resultado de uma dinâmica pulsional (Freud) ou de um processo de acolhimento ou de identificação (Winnicott).

⁴⁸ O sentido que gostaria de trazer é o da superação da concepção de indivíduo como separado da sociedade.

As passagens abaixo ainda trazem a influência da visão do narcisismo primário como preponderante em suas construções teóricas, uma vez que se preocupam com a relação entre o eu e o *outro* ainda de um ponto de vista marcado por uma visão solipsista e individualista destas duas instâncias, se relacionando independentemente ao invés de interdependentemente:

Como conciliar o investimento emocional em si mesmo e o afeto dedicado ao outro? De que forma, como diria Freud no texto clássico de 1914 em que introduziu o conceito de narcisismo, podemos encontrar o equilíbrio entre o investimento nos objetos de amor, que nos esvazia libidinalmente, e o investimento em nosso próprio eu, que dificulta a construção e o fortalecimento dos laços sociais? Ou seja, como identificar o momento em que é preciso amar para não adoecer. Mais ainda: como enfrentar tais questões em um ambiente cultural para muitos marcados por excesso narcísico que nos faz desconsiderar o nosso semelhante ou agir com violência em relação a ele, ao mesmo tempo em que o amor de si não parece representar uma proteção eficaz contra o sofrimento psíquico e o sentimento de desesperança que muitas vezes invade o nosso cotidiano? (BIRMAN, 2016, p. 13).

[...] oferecer nossa contribuição à interrogação das formas de nos constituirmos como sujeitos e de vivermos juntos uns com os outros, de amarmos a nós mesmos e ao outro, aquele que muitas vezes, não passa para nós de apenas um desconhecido. (BIRMAN, 2016, p. 14).

[...] esperamos contribuir para que os impasses entre o amor de si e o amor do outro se transformem em potência, em novas formas de existência e de relação consigo mesmo e com nossos semelhantes. (BIRMAN, 2016, p. 20).

A afirmação de que eu me constituo e depois me relaciono com o *outro* está fundamentada em uma visão individualista, incapaz de conceber as linhas e forças que perpassam as subjetividades e instituições e, também, em um paradoxo, uma vez que do ponto de vista do bebê, no início de sua constituição psíquica, a relação com o *outro* não existe. Afirmar que há um momento que “é preciso amar para não adoecer” mostra a influência do narcisismo primário nas construções teóricas freudianas sobre o laço social, sendo este, o resultado do esforço de se amar o *outro*, algo que deve ser de alguma forma buscado (ou imposto a si mesmo). Winnicott modifica esta compreensão de laço social ao afirmar que o ser humano busca instintivamente a ligação com o *outro*, sendo portanto, algo natural e espontâneo, que pode ser perdido ou deturpado dependendo da relação estabelecida inicialmente com o ambiente social.

Quando se fala em “*conciliar o investimento emocional em si mesmo e o afeto dedicado ao outro*”, como na passagem acima, percebemos que o ponto

crucial e transformador que Winnicott traz é a interdependência entre o eu e o *outro*, sendo portanto desnecessário “*encontrar o equilíbrio entre o investimento nos objetos de amor e o investimento no próprio eu*”, caso já se tenha, no início, se formado o sentimento de onipotência e tenha sido propiciada a experiência de desilusão por um ambiente suficientemente bom, que fará emergir naturalmente o concernimento e conjuntamente com este, a responsabilidade social pela singularidade que se é.

Winnicott inclui o componente social no cerne narcísico ao conceber a formação do narcisismo primário por uma dupla, a mãe-bebê. Se o bebê ao se relacionar com um ambiente saudável e confiável, consegue se constituir individualmente, se separando da mãe e percebendo-a como realidade objetiva ou como *outro*, sentirá naturalmente o concernimento, sendo o amor ao *outro* a transformação do impulso erótico manifestado inicialmente como amor primitivo pelo bebê. A transformação da agressividade dos movimentos de motilidade e da vontade de ligação com o *outro* em amor concernido não é feita de forma racional. Utilizando novamente a frase clássica de Freud “é preciso amar para não adoecer”, os sujeitos não conseguem por uma escolha racional ou uma imposição superegoica amar o *outro*. O superego pode atuar como limite a possíveis impulsos e ações violentas, mas a transformação da violência se dá justamente pela consideração do *outro* a partir do reconhecimento inicial pelo ambiente de sua própria manifestação instintiva, sem apelos punitivos ou repressivos. É claro que em algumas situações abrir mão da repressão e punição não será possível, porém, em outros, o reconhecimento da singularidade por um ambiente mais flexível e adaptável às necessidades, pode trazer efeitos sociais e subjetivos transformadores.

Ao interpretarmos o fracasso escolar por lentes individualistas, buscamos a responsabilização de Juninho e Anderson pelas dificuldades de fazerem laço social com a escola, ou seja, de atingirem seus objetivos de preparo para o exercício da cidadania e de qualificação profissional. O conceito de narcisismo primário pressupõe uma relação conflitiva entre indivíduo e sociedade, em que o indivíduo precede a sociedade e se contrapõe a esta, sendo necessário uma ação repressiva para integração à vida social (PLASTINO, 2014, p. 21). De acordo com

esta visão, a escola, diante dos conflitos existentes entre o comportamento dos alunos e o atingimento seus objetivos, assume uma ética da lei em que a repressão será o instrumento de integração social.

A escolha de uma ética pelas instituições está baseada em uma determinada concepção de subjetividade adotada ou assumida institucionalmente, mesmo que de forma inconsciente. A reflexão sobre se esta concepção de subjetividade permitirá alcançar os objetivos finais da instituição é raramente é realizada, o que termina por automatizar as práticas sócio-institucionais. É o caso de uma subjetividade vista como impulsiva, desatenta e hiperativa, traços comumente atribuídos aos alunos por seus comportamentos. Se esses traços são caracterizados como impulsos a serem domesticados - como em Freud -, a ética institucional caminhará para uma linha de ação mais repressiva e limitadora das manifestações subjetivas. Caso sejam caracterizados como expressões instintivas da agressividade natural do ser humano e de sua necessidade de ligação com o *outro* - como em Winnicott -, a postura institucional seguirá outro caminho. Assim como os contratualistas, principalmente Hobbes, estabeleciam que os impulsos instintivos do indivíduo precisam ser reprimidos pelo Estado a fim de que seja possível a vida social, a escola precisará definir de qual lado está, da lei do *paratodos* ou do cuidado das *singularidades*.

3.5.

A ética do cuidado como remédio à falha ou à má-fé institucional

A ética do cuidado se distingue da ética da lei, uma vez que “*não visa recomendar virtudes para a vida boa nem, distintamente da de Kant, impor regras, mas nos chama a atender às necessidades que decorrem do ter-que-ser nosso e dos outros*” (LOPARIC, 2013, p. 21). Podemos colocar Freud do lado da ética da lei⁴⁹, uma vez que considera a ordem social, a ordem moral, as religiões e as atividades culturais, sublimações da libido, que, impassível de ser satisfeita, deve ser sublimada para se manifestar de formas socialmente aceitas. O que está em questão em Freud é a dinâmica pulsional, em que as forças em jogo devem ser reprimidas de forma a internalizar a lei pela instância do superego e exercer,

⁴⁹ A lei paterna da proibição do incesto seria a lei que dá origem à ordem social, moral e cultural. Para mais informações ver FREUD, S. (1913) Totem e tabu.

assim, a socialização do sujeito. Freud não incluiu o ambiente em sua teoria como o fez Winnicott, permanecendo adstrito a pensar o sujeito metapsicologicamente e independentemente de sua intersubjetividade constitutiva. Alguns leitores de Freud que buscaram pensar o laço social no ambiente escolar⁵⁰, ainda permaneceram vinculados ao aspecto eminentemente pulsional trazido por este autor e à necessidade de conceber o “ineducável da pulsão” pelo saber como principal causa dos problemas apresentados nas escolas. Deste ponto de vista, os alunos manifestam a sua singularidade pulsional que, incapaz de ser educada pelas regras e normas escolares, se desvia do esperado e do adequado, sendo na maioria das vezes, reprimida ou repreendida pelos funcionários da escola ou por aqueles que encarnam a sua “lei”.

Winnicott inaugurou uma nova forma de pensar o relacionamento entre subjetividades e os ambientes sociais, se aproximando de uma ética do cuidado. Segundo Plastino, *“a rejeição do conceito de narcisismo primário e a concepção de um processo de constituição do narcisismo num contexto no qual a atitude do ambiente é crucial abrem portas para pensar de maneira diferente a problemática da agressão e da repressão”* (PLASTINO, 2014, p. 21). De acordo com esta perspectiva, o papel do ambiente ou das instituições é primordial para a constituição das subjetividades ou de *narcisismos atravessados pelo reconhecimento de suas singularidades*. O que se percebe em Winnicott é que a singularidade do sujeito irá se manifestar buscando o acolhimento institucional de quem ele “é”, criando, assim, uma relação de interdependência entre subjetividade e ambiente. Freud, de outro lado, considera que o aspecto pulsional do indivíduo tensiona sua relação com a sociedade, ainda partindo de concepções separadas de subjetividade e de social. Apesar das divergências teóricas entre esses autores, o que se pretende neste trabalho é assumir que a postura institucional terá influência sobre a subjetividade em formação e que este impulso de ligação com o *outro* deve ser visto, percebido e acolhido de forma a permitir que o sujeito “seja”.

A ética do cuidado trazida por Winnicott não se baseia nem na repressão do desejo sexual nem na sublimação, mas nos cuidados ambientais das necessidades do ser e dos processos de amadurecimento (WINNICOTT, 1983).

⁵⁰ Ver BASTOS, A.; RIBEIRO, J. (2007); (2009).

Há dois sentidos atribuídos à palavra “cuidado” por este autor: (i) a provisão ambiental ou o fator essencial da formação da existência psicossomática e da posterior socialização dos indivíduos humanos; (ii) a responsabilidade de cada indivíduo existente em cuidar de seus ambientes e de seus cuidadores (LOPARIC, 2013, p. 35). Interessante perceber a interdependência de ambas as acepções de cuidado dizendo respeito aos dois fatores que estou relacionando neste trabalho: o social enquanto ambiente e a subjetividade enquanto ser humano.

Sobre o ponto (i), a provisão ambiental contribui para que os indivíduos levem uma vida criativa, que tenha valor e valha a pena ser vivida. Loparic destaca que *“no decurso do amadurecimento, o indivíduo passará a precisar, para a manutenção e enriquecimentos ambientais, objetivos e da estrutura da sua personalidade, de cuidados parentais, familiares, grupais e, por fim, sociais”* (LOPARIC, 2013, p. 35). No caso de Juninho, é visível que as suas necessidades de cuidados parentais, familiares, grupais e sociais não foram satisfeitas. Já no caso de Anderson, os cuidados parentais e familiares exerceram a função de formar um ambiente acolhedor afetivamente, porém, ao chegar na escola, Anderson teve o desafio de não ter sido acolhido em suas necessidades por este ambiente social. Como disse Loparic, o indivíduo precisará da manutenção e de enriquecimentos ambientais para continuar o seu processo de amadurecimento, sendo, portanto, necessário que as instituições sociais se disponibilizem empaticamente às necessidades manifestadas.

Sobre este ponto da conjugação do cuidado entre diversas instâncias de socialização, Loparic afirma que *“os cuidados fornecidos aos indivíduos humanos pelos pais, família, grupos sociais e sociedade como um todo são uma continuação de cuidados maternos adaptados às necessidades cada vez mais complexas que surgem ao longo do processo de amadurecimento”* (LOPARIC, 2013, p. 37). Os ambientes sociais considerados saudáveis são aqueles que reeditam os cuidados maternos suficientemente bons, como a estabilidade, a previsibilidade, a adaptação e o respeito aos impulsos criativos (LOPARIC, 2013, p. 37). Uma passagem interessante de Winnicott utilizada por Loparic para ilustrar essa questão:

Sugiro que encontremos, no aspecto cuidado-cura do nosso trabalho profissional, um contexto para aplicar os princípios que aprendemos no início de nossas vidas, quando éramos pessoas imaturas e nos foi dado um cuidado suficientemente bom, e uma cura, por assim dizer, antecipada (o melhor tipo de medicina preventiva) por nossas mães “suficientemente boas”, por nossos pais. (WINNICOTT, 1986b, p. 120 *apud* LOPARIC, 2013, p. 38)

Com relação ao ponto (ii), o sentido do cuidado é a capacidade de concernimento que surge com o próprio movimento do amadurecer. A pessoa que alcança a idade adulta pode tornar-se capaz de se responsabilizar e cuidar do *outro*. Loparic assinala que essa capacidade não pode ser ensinada nem é redutível às virtudes que favorecem uma vida boa; à legislação racional da vontade de Kant; à legislação imposta pelos grupos sociais de Piaget e Kohlberg; nem à vontade paterna de Freud (LOPARIC, 2013, p. 39). O aspecto ético desta concepção de cuidado é o da *“aceitação da responsabilidade para com a emergência no mundo de outros seres humanos e com as condições da continuidade da sua existência psicossomática”* (LOPARIC, 2013, p. 40). O “dever ser mãe”, do qual Loparic fala, é um dever de cuidado que decorre da disposição da mãe ou do ambiente *“de se relacionar com o outro que depende dela absolutamente para começar a ser, continuar sendo e constituir-se como um eu unitário e um si-mesmo espontâneo, verdadeiro, vital e não meramente reativo, adaptativo, “falso”.”* (LOPARIC, 2013, p. 42).

A ética do cuidado é, portanto, um dever com a existência singular do *outro*. Nas palavras de Winnicott *“a base da moralidade é a experiência fundamental de ser seu próprio si-mesmo, de continuar a ser.”* (WINNICOTT, 1993, p. 105 *apud* LOPARIC, 2013, p. 43). Quando as instituições permitem e sustentam através do cuidado a emergência da singularidade, permitem que o ser continue o seu processo de desenvolvimento sem interferências e interrupções. Esta postura é importante para que se formem pessoas inteiras e concernidas com o *outro*, subjetividades que serão responsáveis pelas práticas sociais das instituições das quais farão parte durante o seu caminho existencial de amadurecimento. O cuidado e o concernimento com o *outro*, propiciadores do laço social nas mais diversas instâncias socializadoras, começa com a capacidade inicial de concernimento que comentamos no capítulo anterior. Segundo Loparic, nas fases mais avançadas do amadurecimento, o concernimento conquistado no início se articula de formas cada vez mais sofisticadas de contribuição para a vida

social, sendo esta última “*valorizada como criação pessoal e como condição do existir pessoal sadio*” (LOPARIC, 2013, p. 44). E, acrescenta: “*Respeito/cuidado pela ordem social é um desdobramento da urgência de remendar (reparar) que surge no estágio de compadecimento e de concernimento*” (LOPARIC, 2013, p. 44).

A assunção desta responsabilidade pelo cuidado primeiramente pelos pais e, em momento posterior, pelas demais instituições sociais representa a condição de possibilidade de sujeitos concernidos com o *outro*, preocupados e ativos socialmente fazerem as transformações necessárias e emergirem enquanto singularidades. A participação da família e posterior da escola, nos exemplos de Juninho e Anderson, é imprescindível para que a singularidade dos mesmos seja acolhida e o concernimento surja em suas manifestações. Uma passagem de Plastino, em analogia com a clínica psicanalítica, pode contribuir para a compreensão do importante papel a ser desempenhado pelas instituições nesta construção de subjetividades concernidas:

As mudanças terapêuticas permanentes só podem ser proporcionadas por novas experiências instintivas no contexto da relação transferencial. Assim, é uma nova experiência com o ambiente que pode levar à modificação dos conteúdos considerados nos dois primeiros níveis acima mencionados. (PLASTINO, 2014, p. 75)

Plastino, neste trecho, está colocando a necessidade de novas experiências instintivas em outros contextos que não a família, como por exemplo, a relação terapêutica criada pela clínica, para que conteúdos se modifiquem e o concernimento se manifeste. Nesse sentido, a dimensão ética está relacionada com a forma de lidar com a alteridade e o cuidado é a postura que o ambiente deve assumir para propiciar a experiência do sujeito em formação de encontro com si mesmo e com o *outro*. Ao se perceber, percebe o *outro* e se concerne com este *outro*, ainda na relação dual com o ambiente. Esta autopercepção e, conseqüente, heteropercepção ocorre sem imposição vinda da fora, paterna ou social, como pensou Freud pois, de acordo com Loparic, “*não há criança amoral, a moralidade é inata, no sentido de ser uma manifestação da tendência à integração inerente à natureza humana*” (LOPARIC, 2013, p. 44).

4.

Considerações Finais

O problema apresentado neste trabalho é atravessado por inquietações e fatos bastante atuais que refletem em si a sua dificuldade: como conceber o *outro* como algo a ser acolhido, respeitado, reconhecido, produzido de forma empática e não aversiva? O questionamento de como é possível fazer laço social com esses que encarnam o *outro*, passa por averiguar as condições sócio-históricas em que estamos inseridos e nas quais fomos produzidos, de quem é esse *outro*.

Privilegiei o recorte de duas instituições, a família e a escola, para pensar a premissa que partimos: a indissociabilidade entre subjetividade e social. A partir da problematização das noções de subjetividade de Freud e Winnicott e de como as subjetividades são produzidas pelas práticas ético-institucionais familiar e escolar, foi possível avançar e perceber que o estabelecimento do laço social espontâneo, ou seja, sem repressão ou imposição, passa pelo acolhimento, cuidado e respeito ao *outro*. A dificuldade do laço social se encontra muitas vezes em uma postura não elástica às necessidades e demandas deste *outro*, seja por excesso de narcisismo, seja pelo cumprimento de funções institucionais, dentre outros motivos.

Desde Freud, partimos de um sujeito psicológico universal, cujas instâncias históricas do id, do ego e do superego colocam o funcionamento psíquico inconsciente em destaque. O laço social é pensado como uma internalização das normas sociais pelo superego e as instituições são percebidas analogamente àquela instância, uma vez que defendem valores e normas a serem seguidos reprimindo as pulsões dos sujeitos que as contrariem ou as violem. Do ponto de vista freudiano, dependendo do funcionamento dessas três instâncias, um tipo singular de subjetividade será produzida, adotando-se uma postura pelas instituições, seja para valorizá-la e exaltá-la, seja para reprimi-la ou puni-la. A não implicação institucional, seja familiar, seja escolar, focos deste trabalho, na produção destas subjetividades, assim como a ausência de questionamento da relação intrínseca entre subjetividade e social - uma vez que subjetividades são responsáveis pelas posturas institucionais - simplifica e superficializa a eticidade

necessária ao estabelecimento de uma relação com o *outro* harmônica, empática e responsável. Pode-se afirmar, portanto, que a ética freudiana baseia-se na lei, na internalização de uma moralidade e de valores sociais preestabelecidos e que a relação com o *outro* será constantemente mediada pela tríade id, ego e superego, devendo as instituições garantir o adequada internalização e formação superegoica a fim de preservar a sobrevivência da sociedade.

De outro lado, Winnicott muda o ângulo ao trazer o ambiente como protagonista da cena de subjetivação, destacando que as subjetividades são constituídas nesta relação, a partir da influência ambiental ou institucional. A subjetividade, para este autor, não é produzida intrapsiquicamente, o que nos leva para uma outra forma de abordar a constituição do laço social, como dependente da relação com o ambiente ou com as instituições e não de uma lei imposta interna ou externamente. Deste modo, Winnicott se aproxima de uma ética do cuidado, ao indicá-lo enquanto princípio relacional que conduz o desenvolvimento emocional e a formação de sujeitos éticos ou *concernidos* com o *outro*.

O processo de amadurecimento emocional primitivo iniciado na família passa posteriormente para outras instâncias socializadoras, como a escola, tendo a postura ético-institucional destas instâncias capacidade de participar ativamente na continuidade deste desenvolvimento ou na repressão do mesmo. A necessidade de uma articulação entre estas e outras instituições é imprescindível para que os sujeitos possam se constituir singularmente, tornando-se sensíveis à alteridade e ao mundo social que os atravessa.

Pelas razões explicitadas neste trabalho e pelas diferentes visões de Freud e Winnicott, percebe-se que a ausência de uma experiência de acolhimento afetivo pela família, impulsionará o sujeito a buscar se sentir acolhido em outras instâncias sociais, sendo estas eleitas como “*objetos de amor*” para propiciarem a continuação do processo de constituição e de desenvolvimento emocional. A singularidade está, portanto, ligada diretamente à alteridade, uma vez que o reconhecimento da primeira pelo ambiente produzirá o laço social de forma espontânea e o sujeito, ao ter sido reconhecido pelo o que se é, se sentirá acolhido e como consequência, concernido pelo *outro* e suas necessidades.

5.

Referências bibliográficas

BASTOS, A., RIBEIRO, J. “O lugar do analista na extensão da Psicanálise à inclusão escolar.” In: *Estilos da Clínica*. Publicação do Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, Vol. XII, nº 23, pp. 26-35, 2007.

BASTOS, A, RIBEIRO, J. “Inclusão escolar e laço social: o analista em um dispositivo de extensão da psicanálise.” In: COSTA-MOURA, Fernanda (Org.). *Psicanálise e Laço Social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, pp. 93-104.

BIRMAN, J. et al. (org). *Amar a si mesmo e amar o outro: Narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea*. São Paulo: Zagodoni, 2016.

BOFF, L. “Justiça e Cuidado: Opostos ou Complementares?” In: OLIVEIRA, G.; PEREIRA, T. (Coord.). *O cuidado como valor jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 241-261.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1913) Totem e tabu. In: *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1914) Introdução ao narcisismo. In: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1915a) O inconsciente. In: *O chiste e sua relação com o inconsciente (1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1915b) A pulsão e seus destinos. In: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1920) Além do princípio do prazer. In: *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1921) Psicologia das massas e análise do ego. In: *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1923) O eu e o id. In: *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1925) Apresentação autobiográfica. In: *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1930) O mal-estar na civilização. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARDOSO, M. R. “O superego - em busca de uma nova abordagem” In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, III, 2, 26-41.

FREITAS, L. “A instituição do fracasso: a educação da ralé” In SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GREENBERG, J. R.; MITCHELL, S. *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

HOMRICH, A. C. B. “O conceito de superego na teoria freudiana”. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 2008.

HONNETH, A. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JUNG, C.G. *Psicologia do inconsciente*. São Paulo: Editora Vozes, 1984.

LAENDER, N. “A construção do conceito de superego em Freud” In: *Revista Reverso*. Belo Horizonte, n.52, p. 63-68, Set. 2005.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEJARRAGA, A. L. *Paixão e ternura, um estudo sobre a noção de amor na obra freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. *O amor em Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LOPARIC, Z. (org.) *Winnicott e a ética do cuidado*. São Paulo: DWW Editorial, 2013.

OLIVEIRA, G.; PEREIRA, T. (Coord.). *O cuidado como valor jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PLASTINO, C. A. *O primado da afetividade – a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Vida, criatividade e sentido no pensamento de Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência – Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

_____. (2000a). O desenvolvimento emocional primitivo. In: D. W Winnicott (Org.). *Textos Escolhidos: Da pediatria à psicanálise* (pp. 218-232). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1945).

_____. (2000b) A tendência antissocial. In: D. W Winnicott (Org.). *Textos*

Escolhidos: Da Pediatria à Psicanálise (pp. 406-416). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1956).